

C^oorreio

DA UNESCO

outubro-dezembro 2017 • nº 3



**Cultura:
um pilar
para a paz**

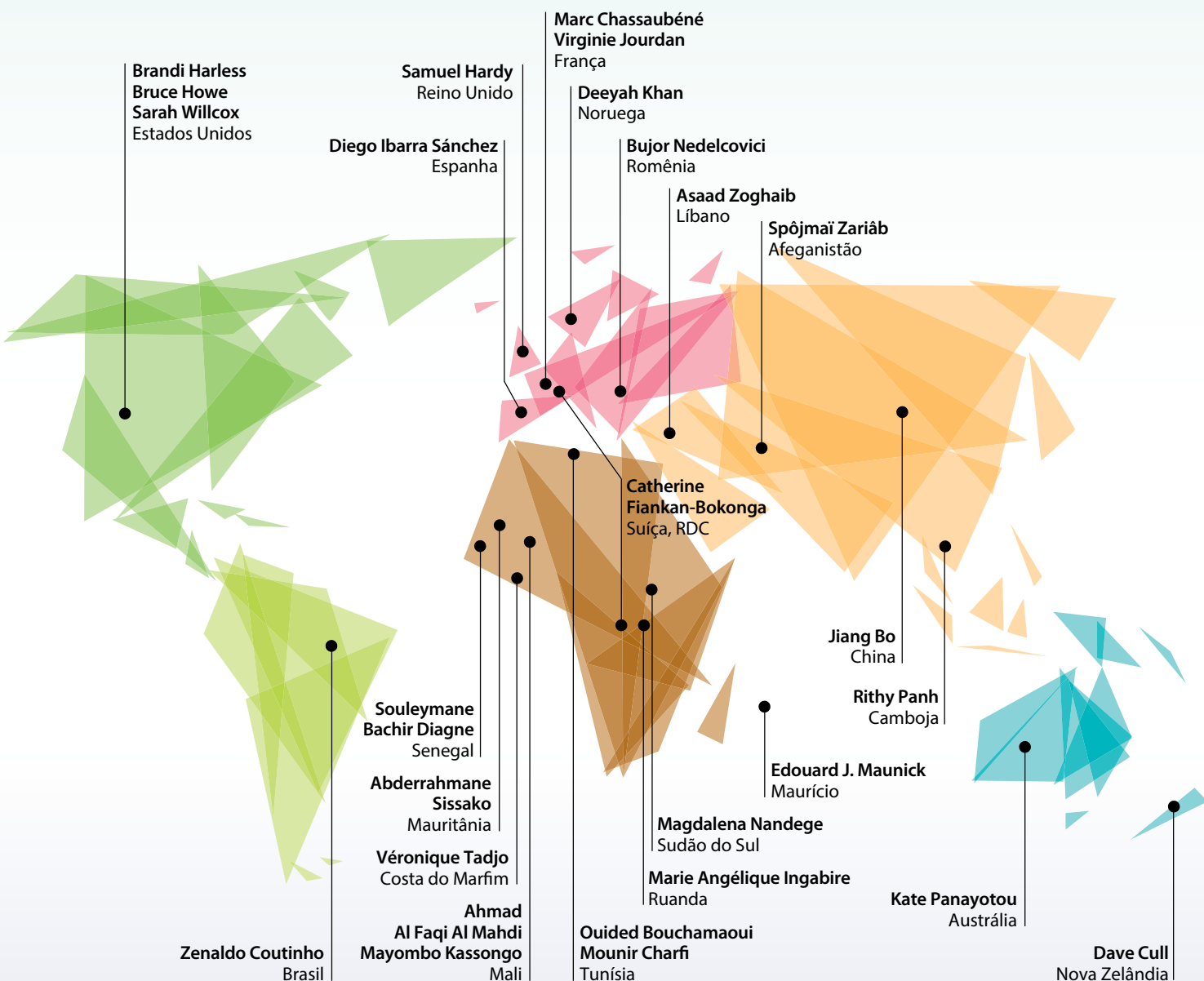
S E L Ç U K

ISSN 2179-8818
9 772179 881070 01703 >



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Nossos colaboradores



Alvaro Cabrera Jimenez / Shutterstock @

2017 • nº 3 • Publicado desde 1948

O Correio da UNESCO é publicado trimestralmente em sete línguas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. A publicação promove os ideais da UNESCO por meio do compartilhamento de ideias sobre questões de interesse internacional importantes para o seu mandato.

O Correio da UNESCO é publicado graças ao generoso apoio da República Popular da China.

Diretor da publicação: Eric Falt

Diretor-executivo: Vincent Defourny

Diretora editorial: Jasmina Šopova

Diretor de produção e promoção: Ian Denison

Editora assistente: Katerina Markelova

Editor de seção: Xiaorong Chen

Editora digital: Malahat Ibrahimova

Editora de fotografia: Danica Bijeljic

Arquitetura digital: Denis Pitzalis

Relações com a mídia: Clare Sharkey

Editores das línguas

Árabe: Anissa Barrak

Chinês: China Translation and Publishing House

Espanhol: Lucía Iglesias Kuntz

Inglês: Shiraz Sidhva

Francês: Isabelle Motchane-Brun

Russo: Marina Yaloyan

Tradução para o português: Marina Macedo Mendes

Projeto gráfico: Corinne Hayworth

Foto da capa: © Selçuk

Impressão: UNESCO

Edições coeditadas

Português: Ana Lúcia Guimarães

Esperanto: Trezoro Huang Yinbao

Assinaturas

Assinatura online gratuita:

<http://en.unesco.org/courier/subscribe>

Em português: <http://www.unesco.org/new/pt/unesco-courier/>

Informação e direitos de reprodução

courier@unesco.org

7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, France

© UNESCO 2017

ISSN 2179-8818 (por)



Periódico disponível em Acesso Aberto sob a licença Atribuição-Partilha 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/>). Ao utilizar o conteúdo desta publicação, os usuários aceitam a vinculação aos termos de uso do Repositório UNESCO de acesso livre (<http://en.unesco.org/open-access/>).

A presente licença se aplica exclusivamente aos textos. Para o uso de imagens, deve ser solicitada autorização prévia.

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo desta publicação não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

As ideias e opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO nem comprometem a Organização.

C^oorreio

DA UNESCO



*Irina Bokova,
diretora-geral da UNESCO.*

© Yulian Donovan

Editorial

Desde seu início, a UNESCO defendeu ativamente o papel essencial que a cultura desempenha na paz global. O desenvolvimento de conflitos modernos confirma a necessidade crescente deste tipo de “poder suave” hoje em dia.

Os ataques recorrentes ao patrimônio do Iraque, Líbia, Mali e Síria mostraram o quanto a proteção do patrimônio cultural não pode ser separada da proteção de vidas humanas. Extremistas violentos não atacam apenas o público geral; eles também atacam professores, jornalistas, escolas e monumentos históricos em uma tentativa de enfraquecer e desestabilizar as sociedades que eles pretendem subjugar.

Em resposta, nós devemos fazer mais para integrar a cultura em nossas estratégias para a segurança e a paz, como forma de construir resiliência, resistência e coesão a longo prazo. É por isso que a UNESCO intensificou seus programas de emergência e iniciativas para combater o extremismo violento, ao mesmo tempo dando continuidade à sua agenda política.

Diversas resoluções adotadas recentemente pelo Conselho de Segurança da ONU representam um reconhecimento histórico da importância da proteção do patrimônio para a segurança pública, tais como as Resoluções 2199, 2354 e 2347. Pela primeira vez uma resolução da ONU, a Resolução 2347, adotada unanimemente em 24 de março de 2017, cobre a extensão das ameaças ao patrimônio mundial – afirmando que sua destruição deliberada constitui uma tática de guerra, que exige respostas adequadas.

A sentença do Tribunal Penal Internacional do líder militante responsável por destruir os santuários de Tombuctu (Mali) – no primeiro tribunal internacional dedicado inteiramente à destruição do patrimônio cultural – também marca um passo decisivo para o fim da impunidade para esses crimes de guerra.

Esses eventos são indícios de um desenvolvimento nunca visto antes, o qual também é resultado das ações da UNESCO. O uso de forças armadas não é suficiente para combater uma ameaça que se alimenta de ignorância e leituras equivocadas da história. A batalha contra o extremismo violento é travada por meio da cultura e da educação. Uma paz duradoura requer recurso ao que o poeta Aimé Césaire chamou de “armas milagrosas” – educação, cultura e conhecimento – o que fortalece as defesas da paz nas mentes de todos e de cada um.

É nesse espírito que a UNESCO está buscando aumentar a conscientização pública dos valores de tolerância e respeito por meio da criação. Como destacou Edouard Glissant (1928-2011), ex-editor-chefe de *O Correio da UNESCO*, a arte sempre serviu de desencadeadora da “capacidade criativa do indivíduo e da comunidade e oferece um espelho de identidade”. A criação artística é uma iniciação de um diálogo intercultural, e constrói pontes entre a rica diversidade cultural do mundo.

Muitas pessoas, tanto os jovens como os nem tão jovens, querem transmitir esse discurso de paz, tolerância e respeito aos direitos. A campanha Unite4Heritage, que eu lancei em 2015, atraiu, desde então, muitos apoiadores em todo o mundo. A iniciativa demonstrou sua vitalidade na construção da paz, crescendo silenciosamente como as árvores de uma floresta, mesmo quando nossa atenção está focada na árvore que está sendo derrubada.

Que continuemos a investir nesse “poder suave” da UNESCO, e que continuemos a acreditar na capacidade dessas “armas milagrosas” que a humanidade está construindo pacientemente para estabelecer uma paz duradoura.

Irina Bokova
Diretora-geral da UNESCO

Sumário

GRANDE ANGULAR

Cultura: um pilar para a paz

- 7** **Uma resolução histórica para proteger o patrimônio cultural**
Catherine Fiankan-Bokonga
- 12** **Restringir os espólios da guerra**
Samuel Hardy
- 17** **A cultura dá às cidades uma face humana**
Citações de prefeitos
- 18** **Ahmad Al Faqi Al Mahdi: “Eu me declaro culpado”**
Entrevista por Anissa Barrak
- 25** **Deeyah Khan: “Eles escolheram pegar em armas, eu escolhi pegar uma câmera”**
Entrevista por Jasmina Šopova
- 29** **Romper o ciclo de vingança**
Marie Angélique Ingabire
- 32** **A história de Magdalena, Sudão do Sul**
Magdalena Nandeye



6-33



34-41

ZOOM

Educação sequestrada
Diego Ibarra Sánchez / MeMo e
Katerina Markelova



42-53

IDEIAS

Filosofia versus tribalismo
Souleymane Bachir Diagne

43

Cientistas refugiados: pioneiros silenciosos dedicados à descoberta
Sarah Willcox

46

“Você me pergunta o que é exílio”
As palavras de artistas exilados

49



50-53



54-63

NOSSA CONVIDADA

Ouided Bouchamaoui:
“A prosperidade nasce da confiança”
Entrevista por Mounir Charfi



ASSUNTOS ATUAIS

55

Um Palácio de Cristal abriga um naufrágio:
Entrevista com Jiang Bo
por Katerina Markelova
e Xiaorong Chen

59

Volta ao mundo no primeiro navio movido a energia limpa
Virginie Jourdan

62

Aproveitar os cabos submarinos para salvar vidas
Bruce Howe e Kate Panayotou



NOTÍCIAS

Prêmios Internacionais de Alfabetização da UNESCO 2017

64

Semana Global AMI 2017: reimaginar formas de aprender

65

Repensar o engajamento da juventude na UNESCO

66



64-66



Grande angular

Cultura: um pilar para a paz

Pôster da Unite4Heritage, uma campanha mundial lançada pela UNESCO que usa as mídias sociais para incentivar a juventude a ajudar na proteção do Patrimônio Mundial.

© UNESCO



Uma resolução histórica

para proteger o patrimônio cultural

por Catherine Fiankan-Bokonga

Em 24 de março de 2017, o Conselho de Segurança da ONU aprovou unanimemente a Resolução 2347, relativa à proteção do patrimônio cultural. Essa foi uma vitória sem precedentes! Foi necessário quase um século e meio para a ideia amadurecer. Então, ao longo dos últimos anos, finalmente ocorreram progressos e, da mesma forma, nasceu uma consciência cada vez maior do papel que o patrimônio cultural pode desempenhar na promoção da segurança.

© Domínio público, The Hague Municipal Archives



Delegados da Conferência Internacional da Paz posam nos degraus do palácio Huis ten Bosch, em Haia (Países Baixos), em 18 de maio de 1899.

A quantidade de conflitos armados tem aumentado muito desde os anos 1980 – primeiro na Ásia Central (Afeganistão), depois em partes do Oriente Médio (Iraque e Síria) e da África Ocidental (Mali). Isso levou ao aumento da destruição de sítios históricos por grupos terroristas e a uma explosão do tráfico de artefatos culturais. A comunidade internacional respondeu ativamente à destruição causada pelo grupo Estado Islâmico (EI, ISIS ou Daesh), com uma gama muito maior de instrumentos à sua disposição – o que possibilita aumentar a proteção da memória cultural da humanidade.

Em 2017, a comunidade internacional demonstrou que estava unida em sua determinação política de proteger o patrimônio cultural – a Resolução 2347, do Conselho de Segurança da ONU, reconhece formalmente que a defesa do patrimônio cultural é imperativa para a segurança.

Demorou muito tempo para que as sementes da ideia de imunidade dos bens culturais

em tempos de guerra florescessem em uma decisão histórica. Isso marca uma nova consciência mundial sobre o papel que a cultura desempenha na manutenção da segurança.

O processo começou ao final do século XIX, quando 15 Estados europeus se reuniram em Bruxelas (Bélgica), em 27 de julho de 1874, para examinar o projeto do acordo internacional sobre as Leis e Costumes da Guerra. Um mês depois, o Artigo 8 da Declaração de Bruxelas estipulou que: “Todo confisco ou destruição de, ou dano intencional a, [...] monumentos históricos, obras de arte e ciência serão submetidos a procedimentos legais pelas autoridades competentes”.

Vinte e cinco anos depois, em 1899, por a iniciativa do Czar Nicolau II, da Rússia, foi realizada, nos Países Baixos, uma conferência internacional para a paz com o objetivo de revisar a Declaração – que nunca foi ratificada – e adotar a Convenção a Respeito das Leis e dos Costumes da Guerra em Solo.

Também conhecida como a Convenção de Haia de 1899, ela avançou consideravelmente a lei internacional e estabeleceu o princípio de imunidade dos bens culturais. Segundo o Artigo 27 da Convenção (revisado durante a Segunda Convenção de Haia, em 18 de outubro de 1907): “Em cercos e bombardeios, todas as medidas devem ser tomadas para poupar, o tanto quanto possível, edifícios dedicados a religião, arte, ciência ou para fins de caridade, monumentos históricos, hospitais [...] desde que eles não estejam sendo usados no momento para fins militares. É dever de quem estiver sitiado indicar a presença de tais edifícios ou lugares com sinais distintivos ou visíveis, que serão notificados antecipadamente ao inimigo”.

Três décadas depois, em 1935, o preâmbulo do Tratado sobre a Proteção de Instituições Artísticas e Científicas e Monumentos Históricos – uma iniciativa pan-americana também conhecida como Pacto de Roerich – formulou a ideia de que os bens culturais, que “formam o tesouro cultural dos povos” devem “ser respeitados e protegidos em tempos de guerra e de paz”.

A espetacular Campanha de Núbia, coordenada pela UNESCO (1960-1980), foi uma inspiração para a ideia de Patrimônio Mundial.



© UNESCO / Nenadović

Convenções e decretos emblemáticos

Um avanço decisivo foi realizado após a Segunda Guerra Mundial. Em 1948, os Países Baixos propuseram à UNESCO a criação de um novo texto internacional sobre a proteção dos bens culturais em tempos de conflitos armados. A Organização começou a elaborar uma nova convenção internacional, que foi aprovada em Haia em 1954.

Salvaguarda e respeito são as palavras-chave da Convenção de Haia para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflitos Armados e seus dois protocolos (1954 e 1999). “Dano a bens culturais pertencentes a qualquer povo” é internacionalmente reconhecido como “dano ao patrimônio cultural de toda a humanidade”. A Convenção também garante “a concessão de proteção especial” a “um número limitado de abrigos destinados a proteger bens culturais móveis em caso de conflito armado, de centros que contenham monumentos e outros bens culturais imóveis de grande importância”.

No mesmo ano, em 1954, o Egito decidiu construir a Represa de Assuã, que inundaria o Vale do Alto Nilo e um grande número de monumentos de 3 mil anos de idade do que um dia foi a Núbia. A pedido do Egito e do Sudão, a UNESCO lançou uma campanha internacional para salvar esses monumentos – uma das mais espetaculares da história da humanidade, e que duraria duas décadas, de 1960 a 1980. A Campanha da Núbia foi o ponto de partida da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, conhecida como a Convenção de 1972, e do estabelecimento da Lista do Patrimônio Mundial. Esse texto prevê a inscrição na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo de bens ameaçados por grandes riscos, incluindo conflitos armados, iminentes ou recentemente iniciados.



© Joseph Eid / AFP

Fotos de antes e depois da destruição pelo ISIS, em agosto de 2015, do Templo de Bel, um dos monumentos mais icônicos de Palmira (Síria).

É essencialmente por causa desses textos e da cooperação com a UNESCO que, em 2004, o Tribunal Penal Internacional da ONU para a ex-Iugoslávia (ICTY) foi capaz de condenar o ex-oficial naval iugoslavo Miodrag Jokić a sete anos de cadeia. Essa foi a primeira condenação ocasionada pela destruição intencional de bens culturais. Sob o comando de Jokić, centenas de morteiros foram disparados, entre o início de outubro e o fim de dezembro de 1991, na cidade histórica de Dubrovnik, que foi inscrita no mesmo ano na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo.

Em grande parte como resultado desses conflitos, a UNESCO e diversos Estados-membros reavaliaram a Convenção de 1954 e esboçaram o Segundo Protocolo, que foi adotado em 1999. O texto introduziu um novo sistema de proteção ampliada para bens culturais de grande importância, que também devem ser protegidos por leis nacionais adequadas; com a capacidade de punir violações graves à Convenção por meio de sentenças apropriadas. Violações graves incluem roubo, pilhagem, ataques ou atos de vandalismo contra bens culturais, principalmente aqueles sob maior proteção.

Mais recentemente, em 2016, o Tribunal Penal Internacional (TPI) condenou o jihadista maliano Ahmad Al Faqi Al Mahdi por crimes de guerra pela destruição, em 2012, de dez sítios religiosos em Tombuctu, quando a cidade estava sobre o controle do Ansar Dine, um grupo suspeito de ter ligações com a Al-Qaeda. Ele foi condenado a nove anos de prisão. Esse julgamento foi histórico, uma vez que a destruição de um patrimônio cultural nunca havia sido considerada um crime de guerra.

“Imediatamente após a destruição, em 2012, a UNESCO alertou a comunidade internacional e mobilizou o Tribunal Penal Internacional para garantir que tais crimes não ficassem impunes”, explicou Irina Bokova, diretora-geral da UNESCO. A organização tomou uma série de medidas, desde o oferecimento de detalhes topográficos às forças armadas até a reconstrução dos mausoléus. Pela primeira vez na história, a salvaguarda do patrimônio cultural de um país foi explicitado no mandato de uma Missão das Nações Unidas (Resolução 2100). A MINUSMA, a força de paz da ONU no Mali, foi encarregada de “proteger de ataques os sítios do patrimônio histórico e cultural do Mali, em colaboração com a UNESCO”.

“Salvaguardar e respeitar são as palavras de ordem da Convenção de Haia”

2015 – um ponto de inflexão

O ano de 2015 marcou um ponto de inflexão na atitude da comunidade internacional em relação ao patrimônio cultural. Em fevereiro daquele ano, com o apoio da UNESCO, cerca de 50 países aprovaram a Resolução 2199 do Conselho de Segurança da ONU, que proíbe o comércio de bens culturais vindos do Iraque e da Síria. “Essa resolução reconhece que o patrimônio cultural está na linha de frente dos conflitos atuais e que deveria ser colocado na linha de frente das respostas políticas e de segurança a essa crise”, afirmou Irina Bokova à época.

Um mês depois, em Bagdá (Iraque), convencida da eficácia do “soft power”, ela lançou a Unite4Heritage, uma campanha global nas mídias sociais para unir os jovens na celebração e na salvaguarda do patrimônio cultural do mundo.

Em 1º de setembro de 2015, o Instituto das Nações Unidas para Formação Profissional e Pesquisa (UNITAR) publicou fotos de satélite mostrando que os jihadistas do grupo El haviam destruído o Templo de Bel em Palmira. O edifício principal desse sítio do patrimônio mundial da Síria não existe mais! Logo depois, a Itália propôs à Assembleia Geral da ONU a ideia de criar os “Capacetes Azuis para a Cultura”. Em fevereiro de 2016, a Itália assinou um acordo com a UNESCO para criar a primeira força-tarefa de emergência para a cultura, formada por especialistas civis e por *carabinieri* italianos.

Depois disso, os Emirados Árabes Unidos, juntamente com a França, realizaram uma conferência internacional sobre a proteção do patrimônio cultural em tempos de conflitos armados, sob os auspícios da UNESCO. Em dezembro de 2016, representantes de mais de 40 países se encontraram em Abu Dhabi



© UNESCO / CC BY-SA 3.0 IGO

Os carabinieri italianos salvaram uma pintura da igreja paroquial de Santa Maria Assunto, na aldeia de Cossito (Itália), que foi destruída por um violento terremoto, em agosto de 2016. Nesse mesmo ano, uma força-tarefa de emergência foi criada sob a égide da UNESCO.

para reafirmar sua “determinação comum de salvaguardar o patrimônio cultural em perigo de todos os povos, contra sua destruição e o tráfico ilegal” e também reiterar as sucessivas convenções que, desde 1899, “requerem que protejamos a vida humana, bem como os bens culturais, em tempos de conflitos armados”.

Para Irina Bokova, “um novo cenário cultural” está sendo construído, e “uma nova consciência mundial” está surgindo, com o nascimento de “uma nova abordagem para proteger a cultura para a paz e a segurança”. Suas convicções foram rapidamente confirmadas pela aprovação unânime da Resolução 2347 do Conselho de Segurança da ONU, em 24 de março de 2017.

Esse texto inclui dois dos principais resultados operacionais da conferência internacional de Abu Dhabi: a criação de um fundo internacional e a organização de uma rede de locais seguros para bens culturais em perigo. Ele também destaca as relações entre o tráfico de bens culturais e o financiamento de grupos terroristas, e entre o terrorismo e o crime organizado.

Pela primeira vez na história, uma resolução da ONU abrange toda a variedade de ameaças ao patrimônio cultural, sem nenhuma limitação geográfica e independentemente de os autores dos crimes serem grupos terroristas que já estão nas listas da ONU ou pertencerem a outros grupos armados.

Nascida em Genebra (Suíça) de pai da República Democrática do Congo e mãe belga, **Catherine Fiankan-Bokonga** é editora-chefe da publicação suíça *Klvin Mag*, e jornalista televisiva da France 24, sediada em Genebra.



Unite4Heritage

mobilizando um movimento mundial

Nour e Bayan, duas irmãs de Damasco que fugiram da guerra na Síria, hoje moram em Paris. Antes do conflito, “o patrimônio cultural tocava cada sentido, da sensação das antigas paredes de pedra sob suas mãos e do delicado cheiro de jasmim no ar, ao chamado melódico para as preces ressoando em nossos ouvidos”, elas explicam.

A história dessas jovens mulheres, que reflete suas visões pessoais sobre cultura e patrimônio, está entre muitas outras compartilhadas no Twitter pelo Unite4Heritage, um movimento mundial lançado pela UNESCO em março de 2015. Ele visa a mobilizar jovens para combater a propaganda do extremismo violento por meio do uso inovador das mídias sociais. A ideia do movimento foi desencadeada pelos ataques recentes e sem precedentes a patrimônios culturais – especialmente pela destruição *jihadista* em Nimrud e Hatra, e pelas pilhagens do Museu de Mosul, no Iraque.

Um concurso de textos e vídeos lançado no Instagram e no Facebook teve mais de 10 mil inscrições de todo o mundo, incluindo da Síria – logo após seu lançamento, em julho de 2015. Alguns meses depois, a campanha começou a alcançar 9 milhões de pessoas todas as semanas, muitas das quais são jovens. Eles apropriaram o Unite4Heritage como sua própria plataforma para a troca de histórias e ideias. Em muito pouco tempo, ele se tornou um movimento massivo da juventude mundial.

Oferecendo uma narrativa alternativa para o discurso extremista, o Unite4Heritage é parte do “Empoderar a Juventude para a Construção da Paz”, o Marco de Ação Integrado da UNESCO. Ele é orientado pelo objetivo de “dotar jovens mulheres e homens com conhecimentos, habilidades e valores que os empoderem a levar vidas pacíficas, construtivas e produtivas, para se envolverem como cidadãos globais responsáveis e para serem resilientes a qualquer forma de abuso ou manipulação, incluindo a radicalização e o extremismo violento”. Segundo Irina Bokova, diretora-geral da UNESCO: “Hoje, nós vemos o surgimento de uma nova geração de nativos digitais... Muito frequentemente, a internet pode oferecer um alto-falante poderoso para a violência”.

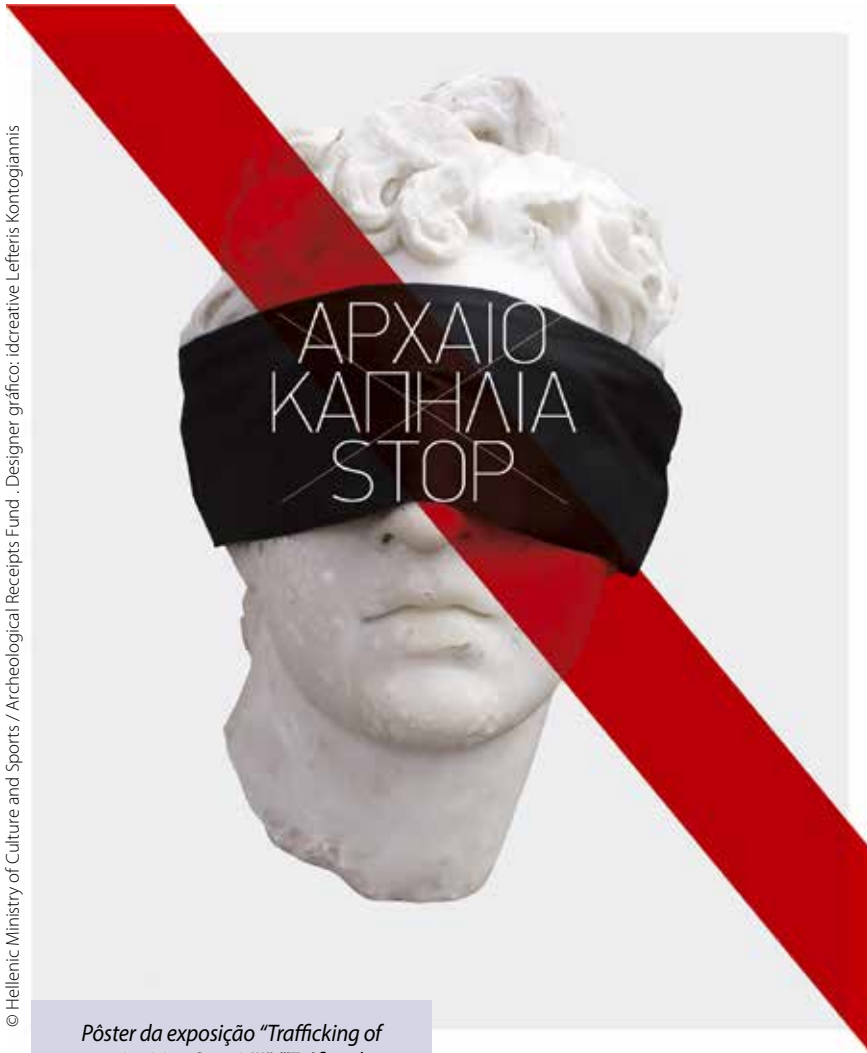
“Nós precisamos aproveitar todo o potencial da internet para a paz, para ampliar as oportunidades para o diálogo e o engajamento cívico, para incentivar e levar adiante as visões e os interesses da juventude”, ela enfatizou.

Em um momento em que sítios de patrimônio cultural e expressões culturais insubstituíveis estão cada vez mais sob ataque, o Unite4Heritage reúne jovens e organizações da sociedade civil, comunidades e redes *online*, formuladores de políticas, pesquisadores, profissionais da mídia, assistentes sociais e outros atores, para combater questões relacionadas ao ódio que afetam suas sociedades e comunidades.



© UNESCO

Restringir os espólios da guerra



© Hellenic Ministry of Culture and Sports / Archeological Receipts Fund. Designer gráfico: idcreative Lefteris Kontogiannis

Pôster da exposição "Trafficking of antiquities: Stop it!!!" ("Tráfico de antiguidades: Parem com isso!!!", em tradução livre), Museu Arqueológico de Thessaloniki, 2012.

O mercado de bens culturais é um mercado "cinza", no qual bens legais e ilegais circulam juntos. Embora seja difícil estimar o valor do mercado ilícito, é possível se ter uma ideia de sua escala. Falando com o *International Herald Tribune* (15 de fevereiro de 2005), o arqueólogo John Russell estimou que, entre março de 2003 e o início de 2005, de 400 mil a 600 mil antiguidades podem ter sido saqueadas do Iraque, com um valor entre US\$ 10 milhões e 20 milhões.

É extremamente difícil documentar fatos e números sobre o mercado ilegal, mesmo em relação ao crime organizado "normal" em ambientes relativamente estáveis. Tais dificuldades são multiplicadas em um conflito com uma infinidade de facções internas voláteis e fatores externos em constante mudança. Elas são multiplicadas ainda mais em casos nos quais a guerra e a economia da guerra são tão interdependentes. Existem

por Samuel Hardy

Desde a aprovação da Resolução 2199 do Conselho de Segurança da ONU, em 2015, que visa a proibir o comércio de bens culturais do Iraque e da Síria, os esforços se intensificaram para acabar com o financiamento do terrorismo por meio do tráfico ilegal de antiguidades. Um movimento mundial lançado pela UNESCO apela aos Estados-membros para que introduzam leis mais rigorosas.

literalmente dezenas de reivindicações específicas, embora sem fundamento, apenas em relação à Síria e ao Iraque.

Mesmo quando existem provas documentadas, pode ser difícil interpretá-las. Por exemplo, conforme explicou o órgão norte-americano *Counter Threat Finance and Sanctions* (TFS), em 15 de maio de 2015, as Forças Especiais dos EUA na Síria atacaram a base do Abu Sayyaf, o grupo que comanda os recursos clandestinos (petróleo, gás, minerais e antiguidades) do grupo Estado Islâmico (EI ou ISIS). As Forças recuperaram diversos recibos de antiguidades que indicavam uma taxa de um quinto (*khums*), equivalente a US\$ 265 mil, em vendas de US\$ 1,32 milhão na província de Deir ez-Zor em quatro meses, o que provavelmente significa taxas de cerca de US\$ 800 mil nas vendas, de uma estimativa de US\$ 4 milhões em um ano.



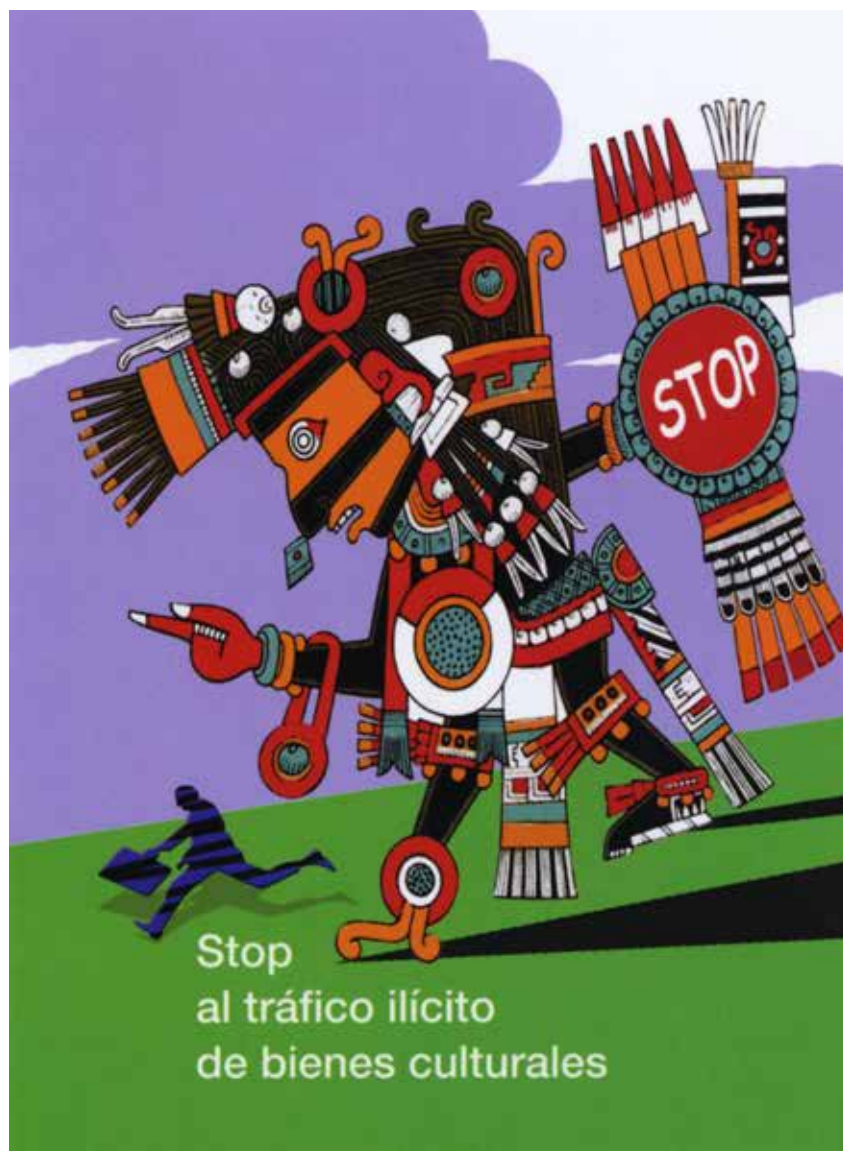
No entanto, essa é uma amostra muito limitada. A disponibilidade e a comercialização de antiguidades e outras fontes ilegais de renda são específicas daquela região; além disso, são desconhecidos os materiais, as pessoas e as atividades nas quais rendimentos específicos foram gastos. Contudo, em uma economia ilícita, assim como ocorre em uma economia lícita, todos os fluxos de renda apoiam as autoridades fiscais.

Abolição das rotas de tráfico

Segundo o Escritório Nacional Central da Interpol para o Líbano, o tráfico de antiguidades da Síria através do Líbano é uma atividade criminosa organizada, que cresceu exponencialmente ao longo da guerra atual. Porém, apesar de seus próprios desafios em termos de governança e segurança, o Líbano conseguiu dismantlar várias quadrilhas – seis apenas em 2016. Muitas outras linhas de oferta de antiguidades ilegais poderiam ser abolidas, caso outros países de trânsito ou que oferecem mercado assumissem suas responsabilidades de forma igualmente séria.

Há outros casos similares de sucesso, apesar de eles demonstrarem a dimensão das estruturas e dos mecanismos do tráfico de antiguidades em zonas de conflito. A polícia alemã capturou um grupo que, entre 2011 e 2014, roubava objetos culturais localmente para sustentar grupos militantes, incluindo o Ahrar al-Sham, o Junud al-Sham e o El na Síria. Em 2014, a Guarda Civil espanhola capturou um grupo que traficava antiguidades do Egito para financiar os *ihadistas*.

De forma trágica, também ocorreram fracassos consideráveis. Segundo uma investigação em curso da revista *Paris Match Belgique*, publicada inicialmente em 27 de outubro de 2016, Khalid el Bakraoui estava resgatando obras de arte roubadas do Museu Van Buuren, na Bélgica, para três companhias de seguro, entre 2013 e 2015, antes de seu ataque suicida na estação de metrô de Maelbeek, em Bruxelas, em 22 de março de 2016.



© Raúl O. Parre

Um pôster que participou do Concurso de Pôsteres contra o Tráfico Ilícito de Bens Culturais, uma iniciativa de conscientização, lançada em 2013, pelo Escritório da UNESCO em Montevidéu, no Uruguai.

Restituições

Contrariamente à negação de que antiguidades da Síria e do Iraque estão chegando ao mercado, elas foram interceptadas na Bulgária (em 2015), na Hungria (em 2017), na Eslovênia (em 2016) e na França (em 2016). As antiguidades das zonas devastadas pela guerra também foram apreendidas, e depois liberadas, e mesmo anunciadas no Reino Unido (em 2015), conforme revelado pelos arqueólogos Mark Altaweel e David Gill, no jornal *The Guardian* (julho de 2015) e no *Channel 4* (abril de 2016).

Apesar de não se refletir em evidências públicas, “diversos países da Europa” interceptaram e repatriaram antiguidades, conforme relatou o diretor-geral de Antiguidades e Museus da Síria ao *Al-Masdar News* (maio de 2017).



© Departamento Carabinieri para a Proteção do Patrimônio Cultural

Exposição no Coliseu de Roma, em 2010, de 337 obras de arte que foram roubadas, mas recuperadas pelos carabinieri da Itália.

Pelo menos 300 objetos culturais recuperados entre 2012 e 2014 foram repatriados à Síria, informou o diretor-geral de Antiguidades do Líbano ao *Daily Star* (janeiro de 2017). Eles incluem objetos que foram saqueados de Palmira antes de ela ser conquistada pelo EI, quando estava sob o controle primeiramente do Exército Livre da Síria e, depois, da República Árabe da Síria. No entanto, dezenas de milhares de antiguidades genuínas do Iraque e da Síria – assim como falsificações modernas, cópias e pirataria – foram recuperadas na região e em seu entorno desde 2011, no caso da Síria, e 1990, no caso do Iraque. A maioria esmagadora das antiguidades saqueadas não foram restituídas à



Síria desde 2011. Isso pode se dever à dificuldade técnica de atribuir posse estatal moderna com base no estilo cultural antigo, assim como à destruição intencional de provas forenses dos países de origem pelos saqueadores, contrabandistas, traficantes e colecionadores. Também pode ser atribuído à dificuldade legal das relações internacionais em situações de não reconhecimento de autoridades equiparadas às estatais, ou à exploração política da diplomacia cultural. O Iraque ainda está tendo dificuldades para recuperar as antiguidades que foram saqueadas nas crises que eclodiram em 1990 e 2003.

Nada de novo ou incomum

Para reduzir o tráfico de antiguidades derivado de conflitos no futuro, é importante reconhecer a existência de tráficos similares no passado. A situação na Síria e no Iraque não é nova ou incomum. No início dos anos 1990, os órgãos de segurança lavavam o dinheiro de obras de arte roubadas por meio de lojas de antiguidade na Iugoslávia. Paramilitares de direita contrabandeavam obras de arte na Colômbia. No final dos anos 1990, os Tigres da Libertação do Tamil Eelam (LTTE) vendiam antiguidades para financiar sua guerra no Sri Lanka. Mais ou menos no mesmo período, a Aliança do Norte e o Talibã – que continuam operando hoje – e, alguns anos antes disso, *jihadistas* e *mujahidins* saquearam, contrabandearam e extorquiram artefatos e obras de arte no Afeganistão. No Líbano, durante a guerra civil entre 1975 e 1990, milícias saquearam e exportaram antiguidades.

A história do tráfico de antiguidades em conflitos como crime de estado vem de pelo menos um século e meio atrás. Exemplos incluem pagamentos em espécie para assassinatos pela junta militar na Argentina, o autofinanciamento pelos comunistas na Bulgária, ou a pilhagem do Khmer Vermelho no Camboja.

Repetidamente, as antiguidades provenientes de conflitos têm sido ofertadas e consumidas por mercados locais, regionais e mundiais. Em alguns casos, isso ocorreu sem uma regulação efetiva dos países compradores, que criaram a demanda e cujos mercados subsidiaram o conflito. Em outros casos, houve a cumplicidade dos Estados que facilitaram o financiamento de representantes, aliados e outros grupos armados conforme a conveniência. Isso aconteceu mesmo sob a gestão meticulosa dos Estados.

Confrontados com essas evidências, torna-se impossível sustentar mitos reconfortantes de que o financiamento de conflitos por meio do tráfico de antiguidades não está acontecendo de forma alguma, de que isso não está

fazendo nenhuma diferença para o desenrolar desses conflitos, ou que o tráfico pode ser contido com medidas excepcionais contra organizações específicas. A única forma de restringir esse tipo de contrabando é por meio do policiamento e de regulamentações do mercado de antiguidades provenientes de conflitos.

Resolução 2199

Em resposta à violência terrorista do EI, da Frente Al-Nusra (ANF) e de outros grupos associados à Al-Qaeda (AQ), em 2015, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 2199. Essa resolução consolida sanções financeiras para restringir as ações violentas desses grupos, por meio da constrição de seu financiamento e de seus gastos, tais como a renda de pilhagens, contrabando e qualquer outras formas de lucro do comércio ilegal de objetos culturais.

Reiterando a Resolução 1483 de 2003, que demanda que os Estados proíbam o comércio ou a transferência de bens culturais suspeitos de terem sido ilegalmente retirados do Iraque (de 6 de agosto de 1990) e facilitem o seu retorno seguro a esse país, a Resolução 2199 repete essas medidas juridicamente vinculativas para bens culturais suspeitos de terem sido ilegalmente retirados da Síria desde março de 2011.

Desde então, a Resolução 2253, aprovada em 2015, obrigou os Estados a reportar a apreensão de bens culturais do Iraque e da Síria, assim como os resultados de medidas contra traficantes de antiguidades que financiam o EI, a ANF, a AQ e/ou seus associados. Essas medidas específicas foram complementadas pela Resolução 2347 de 2017, que pede que os Estados proíbam o comércio ou a transferência de bens culturais de qualquer zona ou contexto de conflito.

Diversos Estados alegam ter realizado ações que contribuem para a implementação da Resolução 2199 do Conselho de Segurança da ONU. Por exemplo, o Chipre revisou procedimentos para facilitar a aplicação da lei. O Paquistão trabalhou para melhorar a capacidade dos agentes



da lei para combater o contrabando ilegal, disseminando a Lista Vermelha de Emergência de Bens Culturais Sírios em Perigo, do Conselho Internacional de Museus (ICOM). As autoridades de Canadá, República Tcheca, França, Macedônia e Paquistão, entre outros, também intensificaram os controles alfandegários.

Esforços legislativos significativos incluem a Lei de Proteção a Bens Culturais da Alemanha, de 2016, que consolida, implementa e fortalece muitos instrumentos, assim como notadamente universaliza a responsabilidade de observar a diligência devida ao se comercializar e manter registros de transações. Seguindo o modelo alemão, a Convenção sobre Crimes relativos a Bens Culturais do Conselho Europeu, de 2017, que está aberta à subscrição de qualquer Estado, preenche muitas lacunas comuns – por exemplo, criminalizando a importação, a aquisição e/ou a comercialização de objetos culturais roubados, saqueados e/ou exportados ilegalmente. Uma vez que se lamenta o fato de que os infratores das regras de bens culturais continuam realizando negócios, essa convenção também é importante porque permite a desqualificação dos condenados

por negociarem bens culturais de comercializarem esse tipo de bens.

Ainda assim, muitos dos Estados que tecnicamente “fizeram alguma coisa” apenas reafirmaram ou reiteraram medidas genéricas já existentes. A UNESCO foi forçada a reiterar seu apelo aos Estados para que realizem ações práticas, mesmo que singelas, como reportar a apreensão de objetos culturais de zonas de conflito, ao mesmo tempo em que pede aos signatários da Convenção sobre as Medidas a serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transportação e Transferência de Propriedade Ilícitas dos Bens Culturais, de 1970, que implementem as Resoluções 2199 e 2253 em suas legislações nacionais.

Samuel Hardy é um associado honorário de pesquisa do Instituto de Arqueologia da *University College*, em Londres. Ele pesquisa o contrabando de antiguidades em situações de conflitos e crises, principalmente por e para terroristas, grupos armados e regimes repressores.



A Máscara de Gorgon é uma escultura que foi roubada em 1996 do antigo sítio romano de Hipona Regius (Annaba), na Argélia, e restituída pela Tunísia em 2014.

A UNESCO combate o tráfico ilegal do patrimônio cultural

Para aumentar a conscientização e ajudar na luta contra o tráfico ilegal de bens culturais, a UNESCO organizou 40 oficinas, para mais de mil participantes (entre junho de 2012 e julho de 2017), com foco especial em situações de emergência nos seguintes países: Síria, Iraque, Mali, Líbia e Iêmen.

Ao longo dos últimos cinco anos, centenas de sítios do patrimônio em todo o mundo foram afetados por conflitos armados. Somente na região dos Estados Árabes, 22 de 82 Sítios do Patrimônio Mundial estão listados como “em perigo”.

A UNESCO está envolvida na proteção do patrimônio sírio desde o início da crise, em 2011. Em março de 2014, a Organização lançou o projeto Salvaguarda de Emergência do Patrimônio Cultural Sírio (*Emergency Safeguarding of the Syrian Cultural Heritage*). Financiada pela União Europeia, a UNESCO conduziu diversas oficinas no âmbito desse projeto, para deter a perda contínua do patrimônio cultural e apoiar a Síria em sua recuperação pós-conflito.

Esses esforços são complementados pela formação em desenvolvimento de capacidades, organizada para o benefício de partes interessadas sírias e dos países vizinhos (Jordânia, Líbano e Turquia), em dezembro de 2017.

A UNESCO também respondeu aos desafios das pilhagens no Iraque, desde o início da guerra no país, em 2003. Ela aumentou a conscientização por meio de campanhas, como foco específico no monitoramento e que tratam de escavações ilegais, avaliações de risco e planos de contingência emergenciais para museus.

Recentemente, Irina Bokova, diretora-geral da UNESCO, lançou uma campanha internacional *online* em Bagdá, no Iraque, sob a bandeira *Unite4Heritage*. O movimento mundial, promovido pela UNESCO, começou em resposta aos ataques recentes e nunca antes vistos ao patrimônio e à diversidade cultural em todo o mundo. A campanha mundial convida todos a celebrar os lugares, os objetos e as tradições culturais que fazem do nosso mundo um lugar rico e vibrante.

A UNESCO também produziu 13 vídeos de conscientização para diferentes regiões do mundo, com o objetivo de alertar os turistas para que verifiquem a origem dos objetos culturais antes de comprá-los.

© DR



A cultura dá às cidades uma face humana

Entrevistas por Lucía Iglesias Kuntz

Quando os prefeitos da Rede de Cidades Criativas da UNESCO (UCCN) se reuniram de 30 de junho a 2 de julho de 2017, em Enghien-les-Bains (França), para o seu XI Encontro Anual, eles colocaram a cultura como prioridade de sua agenda. Isso incluiu respeitar e apreciar as culturas de diferentes comunidades que convivem em suas cidades, envolvendo artistas e cidadãos em projetos comuns, e fomentando o diálogo entre as comunidades – em outras palavras, reconhecer o papel da cultura como um fator do desenvolvimento urbano que seja inclusivo e afirmativo. No encontro, os prefeitos aprovaram um novo marco estratégico e pediram que as cidades da Rede façam mais para integrar a cultura e a participação em suas políticas. Prefeitos do Brasil à Nova Zelândia concordaram que a cultura ajuda as comunidades a conviverem de forma harmoniosa.

Zenaldo Coutinho, prefeito de Belém do Pará (Brasil), 1,5 milhão de habitantes.

“Belém é o primeiro ponto de acesso à Amazônia, o que lhe confere uma diversidade cultural extraordinária. A cultura ajuda as comunidades a expressar suas identidades locais e incentiva o diálogo. Ela estimula uma interação intensa dos grupos socioeconômicos e das autoridades locais, principalmente em um momento em que o Brasil passa por uma grave crise ética e econômica.



© Eduardo Kobra / Ricardo Cohen / Shutterstock

Brandi Harless, prefeito de Paducah, Kentucky, Estados Unidos, 25 mil habitantes.

“A cultura pode ser um mecanismo para a paz, principalmente nos EUA, em uma época em que nossa política está muito dividida. Eu estou em uma cidade não partidária, onde estamos todos no mesmo nível. Nós discutimos sobre questões da cidade, e não sobre questões políticas partidárias.

A cultura é nossa base, e todos nós nos identificamos com ela. Nós somos conhecidos pela fabricação de colchas e temos o Museu Nacional de Colchas (*National Quilt Museum*). Cerca de 15 anos atrás, nós tínhamos um bairro decrépito que precisava ser revitalizado. A cidade ofereceu casas para artistas por US\$ 1,00, que eles tinham de reformar e incluir um estúdio de arte. Isso atraiu cerca de 50 artistas e criou um ambiente criativo que não tínhamos antes.”

Marc Chassabéné, vice-prefeito de Saint-Étienne (França), 170 mil habitantes.

“Os artistas têm trabalhado muito com as pessoas de Saint-Étienne. Jordan Seiler, dos Estados Unidos, por exemplo, está trabalhando a publicidade urbana com os habitantes. Ele inventou o aplicativo NO AD, que mostra uma obra de arte na tela quando você aponta o *smartphone* ou *tablet* para um painel de propaganda. Fazer com que todos – do prefeito a uma criança de um bairro operário – trabalhem no mesmo projeto artístico é uma forma ideal de nutrir ideias de igualdade.”

“A paz entre os povos”, o maior mural do mundo (3 mil metros quadrados), pintado pelo artista de rua brasileiro, Eduardo Kobra, marca as Olimpíadas do Rio de 2016. Cinco faces gigantes representam os cinco continentes.

Asaad Zoghaib, prefeito de Zahlé, Líbano, 150 mil habitantes.

“Eu acredito que o elemento mais importante de se ter culturalmente, em um país como o nosso, é a consciência pública – quando as pessoas conhecem a si mesmas e reconhecem os direitos dos outros. Nossa cidade está trabalhando para construir a conscientização, a transparência e a responsabilização públicas.”

Dave Cull, prefeito de Dunedin, Nova Zelândia, 125 mil habitantes.

“Os primeiros habitantes da Nova Zelândia, os maoris, perderam suas terras para os colonizadores no século XIX. Agora, nós estamos passando por um processo de cura, no qual eles estão sendo compensados e recuperando seu orgulho.

Hoje, minha cidade é um destino de reassentamento para refugiados sírios – nós recebemos 200 até agora. Uma forma de usar a cultura para alcançar a paz é aceitar mais diversidade – respeitar e celebrar as culturas que fazem a sua comunidade ser o que ela é.”

“ Ahmad Al Faqi Al Mahdi: Eu me declaro culpado ”

Entrevista por Anissa Barrak

Ahmad Al Faqi Al Mahdi foi condenado pelo crime de guerra de ter intencionalmente arquitetado os ataques que, em junho e julho de 2012, levaram à destruição de dez monumentos religiosos e históricos em Tombuctu (Mali), um sítio do Patrimônio Mundial desde 1988. Essa é a primeira vez que o Tribunal Penal Internacional (TPI) foi solicitado – nesse caso, pelo Estado do Mali – a julgar a destruição de monumentos culturais, e a primeira vez em que tais ataques foram caracterizados como crimes de guerra. Em 27 de setembro de 2016, o TPI sentenciou Al Mahdi, que foi preso em 2016, a nove anos de prisão. Em 17 de agosto de 2017, o tribunal exigiu que ele pagasse € 2,7 milhões às vítimas, como indenização.

O que levou esse professor maliano da tribo tuaregue de Azawad a se voltar contra seus compatriotas e aqueles que compartilham de sua própria fé? Afinal, tendo se mudado para Tombuctu em 2006, ele se tornou um membro valioso da comunidade. Como um homem educado, que aprendeu os preceitos da tradição sufi do Islã, veio a cometer um crime desses contra essa mesma escola? O que causou essa mudança em direção ao islamismo político radical e à violência? Onde ocorreu a ruptura?



© Jean Kohen

Ahmad Al Mahdi e seu advogado, Mohamed Aouini, em 17 de agosto de 2017, depois que o TPI declarou sua decisão sobre a indenização das vítimas.

O *Correio da UNESCO* visitou Al Mahdi no Centro de Detenção do TPI, em Haia, Países Baixos, e traçou sua jornada – desde a infância no deserto ao norte de Mali, até as andanças com sua família nos campos de refugiados tuaregues na Mauritânia e na Argélia; o alistamento no exército líbio, e o retorno ao Mali, seu país de origem. Ali, ele se instalou em Tombuctu, onde encontrou a resposta à sua busca por estabilidade e reconhecimento – até que uma rebelião eclodiu no norte do país.

Tendo reconhecido os atos pelos quais foi acusado e pelos quais ele admitiu responsabilidade, declarando-se culpado, nesta entrevista exclusiva, Al Mahdi vai além de sua história de vida. Ele descreve a complexa situação social e cultural no norte do Mali, onde as tensões e os conflitos fermentaram por mais de 50 anos. Lá, movimentos radicais de independência com tendências islâmicas continuam a se digladiar, ao lado do jihadismo internacional.



© Jean Kohlen

Você reconheceu seu papel no ataque e na destruição de nove mausoléus e de parte da mesquita de Sidi Yahia em Tombuctu, em 2012, que você próprio organizou e liderou. Como e por que você agiu?

Na época, eu era líder do Hesba, uma das quatro estruturas de comando do grupo Ansar Dine, que estava conectado com a Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQIM) e havia ocupado o norte do Mali em 2012. O grupo estabeleceu sua sede em Tombuctu em abril daquele ano, tendo enviado combatentes do Movimento Nacional para a Libertação de Azawad (conhecido pela sigla francesa MNLA).

Coube ao Hesba – cuja missão era “promover a virtude e impedir o mal” – combater todos os atos que, a seus olhos, contradiziam os preceitos do Islã. O Hesba considerou que os mausoléus de Tombuctu eram a encarnação de tais atos por duas razões – primeiro, porque a forma como os fiéis rezavam era julgada ímpia; e segundo, por causa dos prédios, que foram construídos em cima dos túmulos. Uma vez que a liderança decidiu destruir os mausoléus, eu recebi a ordem de executar a tarefa, usando tropas colocadas sob meu comando. Eu me dediquei rigorosamente à tarefa, como em tudo o que faço.

Quem decidiu pela destruição? Você aprovou essa decisão?

Uma das minhas funções era combater práticas consideradas contrárias aos preceitos do Islã. Com meus soldados, eu controlava pessoalmente o comportamento das pessoas. Eu visitava regularmente os mausoléus, dando explicações e conselhos. Eu também pregava os ensinamentos em uma rádio local. A ordem de destruir veio de cima, do comandante do Ansar Dine, Iyad Ag Ghali, que tomou a decisão por recomendação de seu séquito, principalmente dos conselheiros da AQIM. O objetivo desses grupos é impor sua ideologia às pessoas, que é derivada da doutrina do wahabismo. Em termos estratégicos, a Al-Qaeda busca aumentar sua visibilidade por meio de ações espetaculares para atrair novos adeptos e oferecer aos partidos que a apoiam a prova de seu zelo e eficácia.

“ Eu os alertei que a destruição poderia causar mais desgraças às pessoas... Eu temi o pior ”

Durante seu julgamento no TPI, em 27 de setembro de 2016, Ahmad Al Mahdi apelou para "todos os muçulmanos do mundo para que nunca realizassem esse tipo de ação, que tem consequências terríveis, é injustificado e não pode trazer qualquer benefício".



© MINUSMA / Sophie Ravier

O mausoléu de Mohamed Mahmoud, no Cemitério dos Três Santos, destruído pelos extremistas em 2012.

Na sessão de debate que levou à decisão de destruir os monumentos, eu disse abertamente que achava tal ação inapropriada, uma vez que poderia causar mais mal do que bem. Eu os lembrei das normas da xaria, que dizem que nenhum mal pode ser suprimido se sua repressão causar outro mal igual ou maior. Eu os alertei que a destruição poderia causar mais desgraças às pessoas. Estava pensando especialmente que essa ação poderia gerar ódio entre os habitantes locais. Imaginei grupos armados disparando contra eles. Eu temi o pior.

Eu estava convencido de que a destruição dos mausolésus não tinha bases legais na lei da xaria. É verdade que, segundo uma *fatwa* reconhecida por todas as tradições do Islã, não se pode erguer túmulos com mais de um *chibr* (cerca de dez centímetros) acima do solo. Porém, essa *fatwa* só se aplica a túmulos novos, e não aos já existentes. Eu queria deixar os mausolésus intactos.

A maioria da população de Tombuctu foi obrigada a lidar com esses grupos para sobreviver. E eu era mais cuidadoso do que os outros.

Ao realizar a destruição, alguma vez você foi acometido por dúvidas? O que se passava na sua cabeça?

Eu me vi como um elo na cadeia de comando e sentia que as consequências deveriam ser responsabilidade dos que tomaram a decisão e deram a ordem. Sabia muito bem que, se não obedecesse às ordens, eu seria dispensado. Eu não recebia nenhum pagamento, mas o grupo supria todas as necessidades da minha família.

Ao mesmo tempo, eu tinha consciência do que as pessoas estavam sentindo. Eu sabia que os sítios eram históricos e sagrados. Eu visitava os mausolésus como qualquer outro morador de Tombuctu, mas por minhas próprias razões. Em geral, eu penso que nós temos o dever de visitar cemitérios – quer os túmulos sejam comuns ou tenham um mausoléu em cima deles –, porque perante meus olhos todos os mortos são iguais. Eu conheço a história da maioria dos santos que deram nome aos mausolésus, li sobre elas nas escrituras. Eles eram homens bons e sábios, cujas boas ações iluminam onde quer que estejam, mesmo após sua morte. O Profeta recomendou agrupar as sepulturas em cemitérios, para não abandonarmos os mortos na solidão e no isolamento.

Há também a questão das súplicas. Eu rejeito a ideia de pedir a uma pessoa morta que interceda com Deus em meu nome. Muitos rumores estavam circulando sobre isso: alguns alegavam que os túmulos nesses mausolésus estavam vazios, enquanto outros insistiam que Hassan e Hussein, os netos do Profeta, estavam enterrados ali, o que é totalmente falso. Eu acreditava que os mausolésus haviam sido construídos para tirar vantagem da ingenuidade das pessoas. Assim, apesar de eu saber que a destruição dos mausolésus não tinha nenhuma base na lei da xaria, não vi nenhuma objeção em pôr fim a esses mitos e destruir os prédios. No entanto, eu me opunha totalmente a qualquer intervenção no interior da mesquita.

“ A xaria nunca exigiu que os fiéis seguissem cegamente regras feitas em tempos antigos, ou que as transpusessem para outro tempo e para outro lugar ”

Como você adquiriu o conhecimento sobre a teologia muçulmana que o qualificaria a interpretar as escrituras?

Eu tenho um histórico eclético. Na infância, estudei em escolas corânicas na minha região, Agouni, perto de Tombuctu. Meu pai me ensinou a doutrina do *maliquismo* e, então, eu continuei lendo os livros que os xeiques me davam. Quando eu tinha 12 anos, já havia aprendido o Corão e a exegese – eu havia adquirido um nível de conhecimento que me permitiria me tornar um imã.

Durante minhas andanças com minha família, a partir de 1993 – entre os campos de refugiados tuaregues na Mauritânia e nosso exílio na Líbia e na Argélia, com retornos ocasionais ao Mali –, eu li todos os livros que conseguia encontrar e me dediquei muito para obter as qualificações reconhecidas pelo Estado, para que pudesse conseguir um trabalho fixo. Minha ambição era me tornar professor. Durante nosso exílio na Líbia, entre 1996 e 2001, após o início das tensões étnicas e do esmagamento das revoltas armadas tuaregues, eu estudei e obtive o certificado da educação primária, mas sob um nome diferente, uma vez que

Restauração do mausoléu Alfa Moya.



nunca fui oficialmente registrado. Foi com esse certificado e com esse nome falso que eu me alistei no exército líbio, no qual servi por quatro anos e alcancei a posição de oficial. Eu tinha de ganhar a vida e sustentar minha família, porque meu pai escolheu ficar nos campos da Mauritânia. Durante todo esse tempo, eu nunca parei de ler e aprender por conta própria.

Vendo que eu não teria um futuro se ficasse onde estava, eu decidi voltar para o Mali e me instalei em Tombuctu em 2006, onde comecei a pregar nas mesquitas. Eu também criei uma organização educacional privada para desenvolver as capacidades dos professores do Corão, a qual dirigi por seis anos. Eu estava ativamente envolvido em diversas associações religiosas e culturais para jovens, que realizavam uma série de atividades, como limpar as ruas e doar sangue. Esse foi um período de relativa estabilidade.

Eu não conseguia avançar na minha carreira por causa desse diploma, que não estava em meu nome. Então, tive de começar de novo do zero para obter o certificado. Isso me possibilitou frequentar o Instituto Pedagógico de Tombuctu, onde eu recebi um diploma em psicologia educacional e pude, então, passar nos exames do serviço público. Eu finalmente consegui um emprego como diretor escolar no leste de Tombuctu. Isso foi em 2010. Eu estava trabalhando lá quando os rebeldes ocuparam o norte, em 2012.

Sob que circunstâncias você se aliou aos rebeldes?

Quando as tropas rebeldes invadiram o Mali, as pessoas começaram a fugir e a buscar refúgio na Mauritânia. Elas tinham medo dos abusos do exército maliano, que haviam acontecido em todas as insurreições rebeldes. Era o terror. Eu estava cogitando pedir para ser transferido para algum lugar no interior do país, quando descobri que membros da minha tribo haviam sido vítimas de abusos por parte do povo de Bamako. Eles foram ameaçados e atacados, e sua farmácia foi incendiada, apesar de nunca terem vivido no norte do país. Eles



© UNESCO /Thierry Joffroy

nasceram e se criaram na capital, e eram leais e bem integrados.

Então, eu decidi deixar o país e parti para a Argélia, uma vez que não via outra forma de escapar do racismo intertribal. Na verdade, esse racismo não era um aspecto da política estatal maliana, mas veio das próprias pessoas, que acreditavam que pessoas de pele clara eram invasoras de países árabes. Historicamente, isso é verdade – pessoas de países árabes realmente se estabeleceram no Mali, mas isso foi há 400 anos! É por isso que eu estava na Argélia quando os rebeldes invadiram Tombuctu, em abril de 2012. Então, eu decidi voltar e retomar meu emprego antigo para ajudar a administrar a região.

Esse foi seu primeiro contato com o Ansar Dine e a Al-Qaeda? Por que você se sentiu mais próximo deles do que do povo do Mali?

No início, foram os rebeldes do MNLA que ocuparam a região em volta de Tombuctu. Eu sempre apoiei esse movimento e seus esforços de buscar justiça para a tribo Azawad, à qual pertencço. Porém, quando eu cheguei em Tombuctu, o Ansar Dine já havia expulsado os combatentes do MNLA. Eu conhecia Iyad Ag Ghali, o líder do Ansar Dine, da época em que ele era comandante da rebelião Azawad. Eu o admirava.



O mausoléu Alpha Moya, reconstruído em 2016.

“Recuperar a confiança levará mais tempo do que reconstruir os mausoléus”

Alguns dias depois, Ag Ghali me convidou para uma reunião com os imãs das mesquitas e outras figuras proeminentes da cidade. Ele chegou acompanhado por um grupo da Al-Qaeda. Eu fiquei impressionado com seu discurso e convencido por suas ideias, e aderi imediatamente ao seu movimento. Eu já conhecia os ensinamentos do wahabismo por meio das instituições de caridade sauditas que eram ativas em Tombuctu. Uma delas me convidou para uma peregrinação a Meca em 2006, após a qual eu adotei a doutrina do wahabismo.

Você pediu desculpas aos moradores de Tombuctu, aos cidadãos do Mali e aos descendentes dos Santos. Você acha que reconhecer seus atos e expressar seu arrependimento foi suficiente para receber o perdão deles?

Certamente que não. Meu arrependimento é algo pessoal, que vem do fundo do meu coração. Contudo, eu só posso provar minha sinceridade por meio da reparação, quando eu sair da cadeia. A UNESCO garantiu a reconstrução dos mausoléus, o que é uma conquista admirável. Porém, recuperar a confiança levará mais tempo do que reconstruir os mausoléus. Eu causei danos a uma população inteira, em toda a sua diversidade – seja fula, songai, tuaregue ou árabe. Espero que eles aceitem a mão que lhes estou oferecendo para seguir o caminho da reconciliação. Eu quero escrever um livro de memórias para eles, que possa restaurar sua dignidade e, ao mesmo tempo, ajudar a proteger os mausoléus.

Quando minha sentença terminar, eu quero retornar à sociedade e trabalhar para restaurar a harmonia nacional. A situação é ainda mais urgente hoje, após os danos causados pelo Ansar Dine e pela Al-Qaeda, e também pelas falhas acumuladas da rebelião Azawad. Eu fico triste de ver os refugiados confinados em campos na Mauritânia, na Argélia, na Líbia e em Burkina Faso. Eles não conseguirão voltar para casa, a não ser que ocorra uma reconciliação nacional.

Ideologias radicais que usam o Islã estão atraindo muitos jovens, como foi o seu caso. Com base no que aprendeu com esse episódio da sua vida, o que você pode fazer para protegê-los dessas influências?

Eu acho que os países muçulmanos deveriam ser governados segundo os preceitos do Islã, que têm uma dimensão religiosa e uma dimensão política. A xaria definiu valores gerais que são válidos para todos os tempos, em qualquer lugar. Esses valores gerais, que derivam de textos sagrados do Corão e das palavras do Profeta, possibilitam a aprovação de leis que são adaptadas a novos contextos. A xaria nunca exigiu que os fiéis seguissem cegamente regras feitas em tempos antigos, ou que as transpusessem para outro tempo e para outro lugar.

O Islã requer um nível muito alto de domínio da xaria antes que uma pessoa possa assumir um cargo político. Foi triste e decepcionante descobrir que, nos grupos aos quais me juntei, não havia ninguém que tivesse um conhecimento maior da xaria do que eu, apesar de eu ser um simples e modesto estudante do assunto. Como pude acreditar na capacidade dessas organizações de fundar um Estado forte e estável?

Tendo dito isso, eu aconselho os jovens a se concentrarem em si mesmos, em suas ambições, em seu país e em sua religião. A religião é uma prática pessoal. A fé, a confiança e a esperança são os pilares de uma juventude saudável e responsável, capaz de ver por conta própria que não faz sentido aderir a grupos islâmicos radicais.

É injusto com os jovens considerá-los como um rebanho de ovelhas ignorantes que precisam ser lideradas. Cabe a mim reconhecer neles um tesouro humano que é potencialmente maduro e cheio de sabedoria. Se eu apresentar minha visão para eles, eles serão capazes de decidir que partes dela são úteis. É assim – com respeito – que eu pretendo me comportar com eles, e com todos os outros. Da mesma forma que eu reservo o direito de criticá-los, e também aos outros.

Mayombo Kassongo, representante legal das vítimas, considera que o julgamento de Al Mahdi foi exemplar.

“Um julgamento modelo”, afirma o advogado Mayombo Kassongo

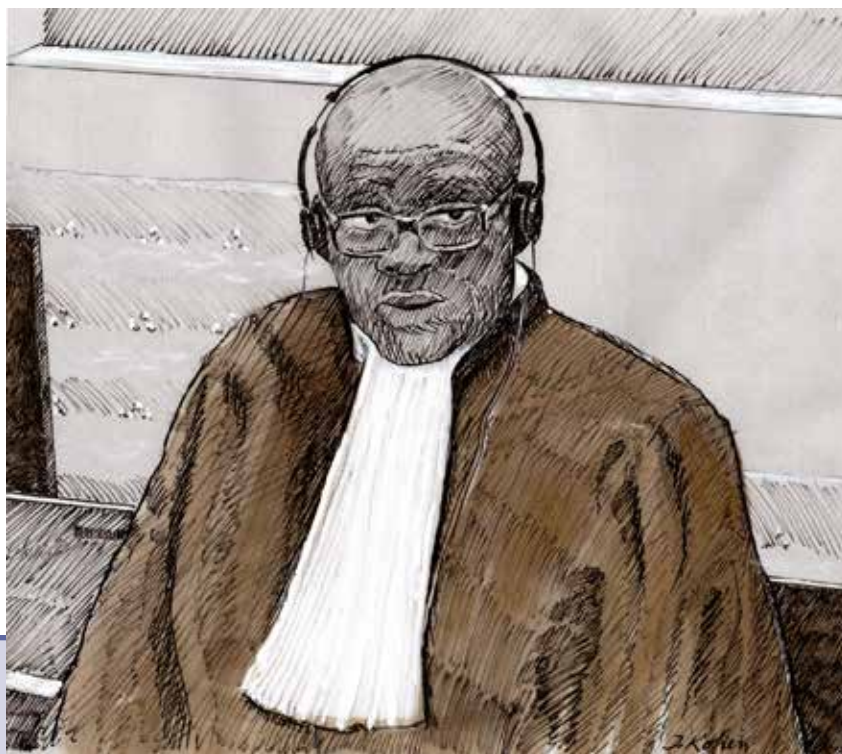
Três anos após sua destruição em 2012, os mausolés de Tombuctu, um centro espiritual de Mali e sítio do Patrimônio Cultural Mundial da UNESCO, foram reconstruídos exatamente como eram. Executada em tempo recorde sob os auspícios da UNESCO, a reconstrução usou artesãos locais habilidosos que, de pai para filho, preservaram as técnicas tradicionais de alvenaria para poder continuar a preservar os mausolés. Embora alguns manuscritos tenham sido queimados durante os ataques, a maioria desses tesouros históricos foi preservada por moradores de Tombuctu, que os esconderam instintivamente quando militantes armados invadiram a cidade.

Para Mayombo Kassongo, o advogado das vítimas no julgamento de Ahmad Al Fagi Al Mahdi no Tribunal Penal Internacional (leia a entrevista *Eu me declaro culpado* nesta edição), a restauração dos mausolés ilustrou “a vontade política do governo maliano e da comunidade internacional de demonstrar sua determinação e dar às pessoas uma nova esperança”. No entanto, ele insiste que “reparar o trauma e o dano material causado vai levar muito mais tempo”.

Embora na maioria das 137 denúncias os danos tenham sido majoritariamente materiais – principalmente para os que viviam nos edifícios e dependiam deles para sua sobrevivência –, todos os moradores de Tombuctu foram afetados pelo dano espiritual e psicológico causado pelos ataques. Nem todas as vítimas diretas e indiretas recorreram à Justiça, mas o Tribunal as levou em consideração quanto ao direito de compensação, estabelecido em € 2,7 milhões. Como Al Mahdi não possui recursos, um fundo fiduciário criado para as vítimas foi encarregado de completar os trabalhos de restauração necessários, assim como de enviar um plano de implementação para o Tribunal até fevereiro de 2018.

No que diz respeito à forma como as vítimas responderam aos pedidos de desculpas de Al Mahdi e sua busca por perdão, Kassongo confirmou que nenhuma delas as aceitou. “Essa ferida ainda está aberta e levará um longo tempo para curar... Pedir perdão neste momento é girar a faca na ferida”.

“O que é importante retirar deste julgamento modelo”, complementa o advogado das vítimas, “é a esperança de que ele tenha um efeito de dissuadir os jovens que poderiam ser tentados a se alistar em grupos extremistas e se deixar seduzir pela violência. O julgamento foi rigoroso, a sentença foi pesada, e o valor da compensação foi considerável. Isso deve ser uma lição para eles”.





“ Eles escolheram pegar em armas,
eu escolhi
pegar uma câmera,”
Deeyah Khan



© Fuuse

Deeyah Khan no trabalho.

Entrevista por Jasmina Šopova

Nascida na Noruega de pais de origem pachto (afegã) e paquistanesa, a experiência pessoal de Deeyah Khan de manejar culturas completamente diferentes aperfeiçoou sua visão artística. Usando a cultura e a arte como ferramentas em uma luta corajosa contra o extremismo, ela trabalha incansavelmente para contar as histórias de pessoas cujas vozes não seriam ouvidas de outra forma.

O que a fez decidir fazer o filme *Jihad: A Story of the Others* (*Jihad: uma história dos outros, em tradução livre*)?

Eu própria venho de uma família muçulmana e tenho de lidar com as consequências do fundamentalismo religioso crescente em nossas comunidades. Eu me dediquei muito a tentar entender por que esse movimento está se tornando cada vez mais violento, e por que está consumindo cada vez mais os nossos jovens. Eu estava insatisfeita com as conversas que estávamos tendo sobre o *jihadismo*. É fácil odiar os homens que estão por trás disso, mas isso não é particularmente produtivo. Eu queria fazer um filme sobre como é ser uma pessoa atraída pelo *jihadismo*. E eu descobri que eu tinha muito em comum com eles.

A percepção de que eu podia me reconhecer em muitas de suas questões me assustou mais do que qualquer coisa.



© Fuuse

Cena do filme *Jihad: uma história dos outros* (em tradução livre), de Deeyah Khan, com Sabyr e Wassem, em Birmingham, Reino Unido.

“ Ele pensava que estava lutando para os muçulmanos e para um mundo melhor, e então se deu conta de que estava se tornando apenas mais um opressor ”

Porém, nós somos diferentes na forma como lidamos com essas questões: esses homens escolheram pegar em armas, eu escolhi pegar uma câmera.

As pessoas que você entrevistou são todas ex-jihadistas. Como você teve acesso a elas?

Demorou muito tempo para ganhar sua confiança, e cerca de dois anos para fazer o filme, que eu terminei em 2015. A melhor forma de ganhar confiança é ser persistente e honesto acerca do que você está tentando fazer. Eu constantemente dizia a eles: “Eu não concordo com você, eu nem mesmo gosto de você (mas agora, sim). Eu só quero ouvir, entender, quero que você compartilhe suas histórias comigo”. Muitos encontros foram marcados e cancelados; alguns deles decidiam não falar ou me pediam para desligar a câmera. Alguns queriam que eu perdesse as esperanças, mas eu continuava voltando, porque realmente queria saber.

O que os fez abandonar a jihad?

Para um dos personagens principais, foi uma questão de perceber que o que ele acreditava não era verdade. Ele pensava que estava lutando para os muçulmanos e para um mundo melhor, e então se deu conta de que estava se tornando apenas mais um opressor. Para muitos deles, foi reconhecer o fato de que havia hipocrisias e padrões duplos na visão de mundo que haviam criado para si. Outro fator foi que as pessoas que eles (*jihadistas*) consideravam ser o inimigo começaram a tratá-las como seres humanos. No momento em que você começa a se conectar com a sua humanidade, as coisas ficam diferentes.

Você disse que, a princípio, não gostava desses homens, mas que agora, gosta. O que a fez mudar de opinião?

Muitos dos jovens que são atraídos para a *jihad* têm, na verdade, tendências criativas, e porque essa tendência é, de certa forma, restringida, ela eclode como violência. Eu não esperava ouvir a esmagadora maioria dos homens com os quais conversei – na frente e atrás das câmeras – dizer que gostariam de ser *rappers*, poetas ou pintores. Mas eles não podiam, porque suas famílias não permitiam ou porque suas sociedades não aceitavam. Essa ideia me machuca muito, porque nós poderíamos ter feito algo a esse respeito. Todos nós somos responsáveis pelo que está acontecendo com os nossos jovens.

Quando você diz que somos todos responsáveis, está se referindo a famílias, escolas, governos ou à comunidade internacional?

Eu me refiro a todos nós como indivíduos, como respondemos às pessoas em nossa vida cotidiana. Quando um menino muçulmano vem e se senta ao nosso lado em um ônibus, faz diferença a forma como olhamos para ele, como seguramos nossa bolsa. Da mesma forma, quando nossos políticos ou governos falam desses assuntos a partir de um ponto de vista raivoso, que define seus próprios cidadãos como monstros, torna-se muito difícil se relacionar com esses monstros e, talvez, permitir a possibilidade de que eles se tornem humanos.

Quanto às famílias, elas têm de reconhecer que estão traindo seus filhos quando depositam neles expectativas irrealizáveis. Seus filhos são apenas humanos.



Eu acredito que nossas escolas, nossa polícia, nossa mídia, todos têm uma responsabilidade quando nossos jovens homens e mulheres pedem ajuda a eles, independentemente de sua cultura, contexto ou raça. Tudo é interação humana. Quer sejamos artistas, ativistas, feministas, qualquer coisa, todos temos a obrigação de nos posicionar.

Foi por isso que você fundou a revista online sister-hood (irmandade feminina, em tradução livre), e já realizou vários eventos ao vivo? O que a fez se aventurar nessa mídia?

Sim, a *sister-hood* foi fundada em 2016 e funciona por meio da sociedade civil e de canais de mídia. É uma plataforma internacional, da qual a mulher de herança muçulmana está no centro. Todo mundo fala das mulheres muçulmanas, mas raramente nós realmente falamos com elas. Eu queria começar a criar um trabalho que recolocasse nossa atenção

no que é ser aquela menina que está sofrendo, aquele homem que quer sair e lutar na Síria.

A resposta e a construção de uma comunidade entre as mulheres têm sido incríveis – nós temos agora quase 200 escritoras de 40 países. Eu tenho consciência da importância de as mulheres contarem suas próprias histórias, sejam quem forem. Expor a opressão é apenas a metade da história. Eu respeito profundamente o jornalismo como profissão, mas fico frustrada com as histórias incompletas que nós continuamos a contar na mídia. Nós falamos sobre crimes de honra, sobre violência contra as mulheres, mas nos esquecemos da pessoa. Em tudo o que eu faço, estou tentando aumentar o volume das vozes das pessoas que já estão ali.

Em 2012, você fez o documentário *Banaz: A Love Story* (Banaz: uma história de amor, em tradução livre), sobre uma jovem britânica de origem curda que foi morta por sua própria família, por ter escolhido uma vida para si própria. Por que você se concentrou apenas na história dela?

Eu queria fazer um filme sobre a violência “de honra” e queria contar duas ou três histórias, incluindo a de Banaz, que foi um fracasso terrível da polícia do Reino Unido: Banaz pediu ajuda cinco vezes à polícia, mas foi ignorada.

Eu mudei de ideia quando conheci a policial que investigou seu assassinato. Eu perguntei a ela por que lutava tanto por esse caso (ela obteve a condenação do pai e do tio no Reino Unido, e foi ao Iraque e trabalhou para extraditar dois primos implicados no assassinato), e ela respondeu: “Eu fiz isso porque amo Banaz”.

Eu não conseguia entender como ela poderia amar uma menina que nunca conheceu, que estava morta, mas ela disse: “Todo mundo deveria ser amado. Ela deveria ter sido amada. As pessoas mais próximas dela não a amavam. Então eu a amei e ainda a amo”.

Tomada da filmagem de
Os não crentes do Islã.





“A arte vai além das nossas diferenças, além de todos os muros e desigualdades que existem entre nós. Para mim, a arte é um fator que iguala”

Eu me lembro de pensar: “É este o filme que quero fazer!” Então, nasceu *Banaz*. A história de *Banaz* inclui todos os problemas e todas as soluções. E a solução para esse problema é que nós precisamos nos importar.

Você poderia nos falar sobre o seu filme de 2016, *Islam's Non-Believers (Os não crentes do Islã, em tradução livre)*?

O filme trata de um movimento de resistência clandestino de jovens que decidiram abandonar o Islã. Muito frequentemente, o EI e o terrorismo os forçam a reavaliar sua fé. Quando eu fiz *Jihad*, fui contatada por muitos jovens do Iraque, da Síria e de outros países, que me disseram: “Também está acontecendo um movimento diferente: muitos jovens estão abandonando o Islã. Por que você não fala sobre nós? É porque não usamos violência?”

Pôster do filme Banaz: a Love Story (Banaz: uma história de amor, em tradução livre), sobre o homicídio de honra de uma jovem iraquiana no Reino Unido.



© Fuuse

Quando eu comecei a pesquisar sobre isso, fiquei chocada. Descobri que existem entre 4 milhões e 15 milhões de não crentes no Paquistão; entre 1,4 milhão e 6 milhões deles na Arábia Saudita. Alguns governos criaram ministérios para combater o pensamento ateu. Em muitos países islâmicos, é crime ser não crente e falar abertamente sobre isso, e as pessoas estão sendo presas ou mesmo mortas por causa disso.

Eu decidi fazer o filme para explorar esse fenômeno, que não é suficientemente discutido.

Por que você escolheu o cinema para comunicar essas questões?

Se você quer que as pessoas ajam, você tem que fazê-las sentir alguma coisa. É isso que os filmes fazem. É isso que a arte faz. Ela não envolve apenas a nossa capacidade intelectual, mas atinge o nosso registro emocional. É isso que é tão único e precioso em todas as formas de arte.

A arte vai além das nossas diferenças, além de todos os muros e desigualdades que existem entre nós. Para mim, a arte é um fator que iguala. Para entender seu poder, você precisa ver como os opressores, ditadores e abusadores tratam a arte e os artistas. E as primeiras pessoas que os opressores perseguem, além das mulheres, normalmente são os artistas.

Seguindo adiante, quais são os seus planos como Embaixadora da Boa Vontade da UNESCO?

O que eu espero é não apenas promover o trabalho que os artistas estão fazendo, mas também falar sobre como, em muitas partes do mundo, os artistas estão pagando um preço muito alto para fazer isso. Os artistas, incluindo alguns amigos meus, estão sendo perseguidos, maltratados e presos. E nós precisamos protegê-los. Minha dedicação e meu coração estão em tentar ajudar as vozes marginalizadas, além de contar mais de suas histórias.

Deeyah Khan, desde 2016 a primeira Embaixadora da Boa Vontade da UNESCO para a Liberdade Artística e a Criatividade, é uma documentarista premiada com um Emmy e um Peabody e fundadora da Fuuse, uma empresa independente de mídia e artes que enfoca mulheres, pessoas de minorias e crianças de famílias com antecedentes culturais diferentes, para que elas contem suas próprias histórias. Ela também fundou a *sister-hood*, uma revista digital que privilegia as vozes diversas de mulheres de herança muçulmana.

Tendo abandonado uma carreira de sucesso como cantora para combater o extremismo e o preconceito por meio de diferentes mídias, Khan continua a escrever e a produzir canções. Ela recebeu várias honrarias por seu trabalho, incluindo o Prêmio Ossietzky, o Prêmio de Direitos Humanos da Universidade de Oslo e o Prêmio Peer Gynt do Parlamento da Noruega.

Romper

o ciclo de vingança



© GAC

Jovens do Camboja e do Congo se encontram após a performance de See You Yesterday (Te vejo ontem, em tradução livre), no campo de refugiados de Kigeme, Ruanda.

por Marie Angélique Ingabire

Usando o teatro como um catalisador para o diálogo, a *Global Arts Corps* incentiva pessoas que vivem em zonas de conflito a explorar seus passados dolorosos, para ajudá-las a construir um futuro. Um grupo de jovens do Camboja viajou para um festival em Kigali, para se conectar com ruandeses e congoleses que viveram experiências igualmente traumáticas. Juntos, eles ajudam uns aos outros a se curar, por meio da compreensão, da tolerância e da empatia compartilhadas.

Em julho de 2016, 19 jovens atores do Camboja viajaram para Ruanda para participar do Festival de Artes de Ubumuntu. A estreia mundial de sua produção, *See You Yesterday (Te vejo ontem, em tradução livre)*, uma mistura única de teatro, dança e circo, foi apresentada em um anfiteatro nas dependências do Memorial do Genocídio Kigali. Os cambojanos – sobreviventes de segunda geração do genocídio do Khmer Vermelho (1975-1979) – tiveram uma oportunidade rara de se conectarem com um público constituído também de sobreviventes, estes do genocídio de Ruanda.

O festival de artes reuniu companhias de 18 países, todos que passaram por conflitos violentos. Em um país como Ruanda, onde 1 milhão de vidas foram perdidas no genocídio de 1994, o conceito de *humanidade* é tão frágil que a recuperação da esperança requer um trabalho sério.

O grupo cambojano se apresentou sob os auspícios da *Global Arts Corps* (GAC), uma comunidade internacional de artistas profissionais que usam o poder transformador do teatro para reunir pessoas de diferentes áreas de pós-conflito.

“Por meio do processo de ensaios, os atores conseguem ouvir as histórias daqueles que eles aprenderam a temer, a desdenhar e a odiar para, juntos, criar uma história única, justa e consensual, com suas múltiplas verdades”, explica Michael Lessac, cofundador e diretor artístico da GAC.

Lessac, uma personalidade renomada do teatro e do cinema norte-americanos, é criador e diretor da premiada peça internacional de teatro *Truth in Translation (Verdade na tradução, em tradução livre)*, sobre a história da Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul. Coproduzida com o *Market Theatre*, da África do Sul, o projeto passou por 26 cidades em 11 países ao redor do mundo, e levou Lessac à cocriação da *Global Arts Corps* em 2009, junto com sua esposa, Jacqueline Bertrand.

A *Global Arts Corps*, que levou seu trabalho de Ruanda ao Kosovo, do Camboja à Irlanda do Norte, espera que os membros da plateia, vindos de contextos extremamente distintos, encontrem uma parte de si mesmos nas experiências de outras pessoas. Até agora, eles levaram seu trabalho para 17 países em quatro continentes, alcançando um público de 100 mil pessoas e facilitando oficinas de



© GAC

Um aluno cambojano curioso assiste ao ensaio de See You Yesterday (Te vejo ontem, em tradução livre) ao espiar na janela acima de Michael Lessac, diretor artístico da GAC.

reconciliação para mais de 15 mil pessoas em áreas de pós-conflito.

Realizando parcerias com organizações não governamentais e treinando ativistas, educadores e artistas locais, a GAC trabalha para garantir que o projeto que eles iniciam tenha continuidade quando eles vão embora. Tudo – desde os ensaios de cada produção até os diálogos que eles desencadeiam – é filmado. A ideia é construir um amplo arquivo educacional, para suplementar um grupo de artistas de teatro treinados para colaborar com pessoas que estão saindo de situações de conflitos violentos.

Usar o teatro profissional para apoiar iniciativas de reconciliação “inicialmente não foi um processo fácil”, lembra Lessac. “Os jovens não queriam falar sobre o passado; então, eles usaram suas extraordinárias habilidades físicas para retornar de forma criativa ao passado, para tentar entender o que seus antepassados viveram durante o genocídio”.

Após o festival, o elenco e a equipe técnica do Camboja viajaram para o sul da Ruanda, para se apresentar no campo de refugiados Kigeme. O campo abriga 20 mil refugiados, deslocados da República Democrática do Congo, país devastado por duas décadas de guerra civil e fome. Usando um palco improvisado em um grande campo aberto, os cambojanos se apresentaram por três dias consecutivos – todas as vezes para plateias lotadas. Além disso, a GAC facilitou oficinas para jovens refugiados após as apresentações.

© Jeff Barbee



Os jovens cambojanos, alguns deles crianças de rua, foram treinados em acrobacias pelo *Phare Ponleu Selpak*, uma associação criada em 1992 na cidade de Battambang. Usando suas habilidades circenses de qualidade internacional, os fundadores da associação trabalham para ajudar as crianças em suas comunidades a superar os problemas do passado sombrio de seus pais.

A empatia ajuda a curar

O resultado mais significativo de reunir sobreviventes de dois genocídios diferentes foi que ambas as nacionalidades perceberam que não estavam sozinhas, e que não tinham nada do que se envergonhar. Um garoto disse lembrar que, quando ainda estava no Congo, foi forçado a bater em um prisioneiro, cena que foi atuada na apresentação. Outros relatos emocionantes surgiram do público.



Igualmente pungente foi a reação de Khuon Det, um cofundador do Circo do Camboja, que agora trabalha na GAC. Crescido em um campo de refugiados na fronteira com a Tailândia após o colapso do regime do Khmer Vermelho, ele lembrou suas próprias experiências da infância, ao ver crianças congolesas correndo para dar as boas-vindas ao grupo cambojano. “Nós ficávamos tão felizes de ver pessoas de fora... isso enche o meu coração de alegria”, disse ele.

“Falar sobre o nosso passado, não importa o quão negro ele seja, é uma forma de curar as nossas feridas. É, também, o melhor método de ajudar as gerações futuras a aprender com os erros do passado, para evitar que eles se repitam”, afirmou Innocent Munyeshuri, um jovem ator ruandês que narrou a apresentação cambojana em *kinyarwanda*, uma língua local também falada pelos congoleses.

Por meio da exploração de diferentes identidades, a GAC espera produzir empatia entre seus atores. “Você deve ser capaz de ter empatia com o ponto de vista de outras pessoas tanto quanto com o seu próprio, senão você não sabe de onde vem, você não entende os outros”, disse Lessac.

Os atores que cresceram em sociedades pós-conflito são os primeiros a se beneficiar do trabalho da GAC. Arben Abajraktaraj, ator albanês e um dos instrutores da GAC, explica como a empatia ajuda os atores a sentirem uma segurança interior: “Nós vemos a empatia como uma descoberta, a coisa mais importante do nosso processo criativo. Você precisa colocar de lado o julgamento para descobrir a imagem real, e isso vai mudar a forma como você vê o mundo. Para isso, você precisa se entregar completamente”.

Cena da peça Truth in Translation (Verdade na tradução, em tradução livre), que conta a história da Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul.



Parte circo, parte teatro

Os projetos futuros do GAC incluem reunir pessoas com passados igualmente difíceis para participar de uma produção grandiosa, que é parte circo, parte teatro. Os atores voltarão no tempo para descobrir de onde vêm seus preconceitos e seu ódio cultural e, a partir daí, criar uma história que inclua verdades de todos os lados. Isso criaria uma base sólida para a reconciliação, explica Lessac.

O projeto espera envolver participantes das crescentes comunidades de refugiados na Alemanha e na França. Na Colômbia, ele incluirá ex-rebeldes que estão sendo reintegrados na sociedade após muitos anos vivendo na selva. Jovens atores e músicos de Flint, Michigan (Estados Unidos), também participarão. No Oriente Médio e na Argentina, terá destaque o trabalho dos movimentos de mulheres, antigos e atuais, que lidam com paz e identidade.

“Nós não achamos que podemos mudar o mundo diretamente, mas, trabalhando com jovens e criando formas de eles entenderem sua própria situação pós-conflito, por meio de ensaios, nós podemos começar a construir caminhos para uma comunicação e uma conexão inspiradoras entre jovens de diferentes culturas e conflitos ao redor do mundo. Se tudo der certo, isso pode ajudar a romper com o ciclo de vingança que continua a nos atormentar hoje”, conclui Lessac.

Marie Angélique Ingabire é uma jornalista ruandesa que vive em Paris. Ela trabalhou para a televisão pública de Ruanda, apresentando e produzindo programas políticos e educacionais. Ela também realiza oficinas sobre liberdade de expressão em escolas francesas.



A história de Magdalena, Sudão do Sul

by Magdalena Nandegé

Nos últimos anos, tem havido uma maior consciência sobre os fortes laços entre cultura, segurança e paz. A história de Magdalena, uma jovem do Sudão do Sul – integrante da Rede de Jovens Mediadores da Paz (*Youth Peacemaker Network – YPN*), o principal programa da Iniciativa Whitaker para a Paz e o Desenvolvimento (*Whitaker Peace and Development Initiative – WPD*) –, ilustra como a cultura pode ser aproveitada para transformar sociedades que sofreram impactos de conflitos em comunidades mais seguras e produtivas.



© WPD

Magdalena Nandegé, uma jovem pacifista da Iniciativa Whitaker para a Paz e o Desenvolvimento (Whitaker Peace and Development Initiative – WPD), no Sudão do Sul.

Meu nome é Magdalena Nandegé. Tenho 23 anos e sou do Sudão do Sul. Eu venho de Homiri, um município do condado de Budi, que tem uma população de cerca de 150 mil pessoas, a maioria das quais agricultores e pastores – como minha mãe, que é agricultora. O condado tem duas escolas secundárias e 11 escolas primárias, nenhuma delas com eletricidade. Apenas 15% da população é alfabetizada.

Atualmente, estou estudando para ser parteira no Instituto de Ciências da Saúde de Torit, a capital do estado de Imatong. Nós somos agora 24 estudantes, de um grupo inicial de 37 – alguns pararam de vir por causa da falta de segurança, da pobreza e do transporte inadequado. Eu escolhi essa carreira porque acredito ser importante tomar conta das mulheres.

As mulheres são as pessoas mais vulneráveis do mundo porque carregam

a vida. Isso não é pouco. Eu vivi essa experiência pessoalmente. Em 2014, eu estava em trabalho de parto e fui deixada sozinha, já que enfermeiras e parteiras estavam em greve para reivindicar salários atrasados. Depois, eu fui assistida por parteiras que trabalhavam para a Organização Mundial da Saúde (OMS). Eu sabia, então, que as mulheres do Sudão do Sul precisavam de ajuda para reduzir a mortalidade materna.

Essa convicção também me levou a me inscrever na Rede de Jovens Mediadores da Paz, da Iniciativa Whitaker para a Paz e o Desenvolvimento. Eu entrei para a YPN em 2014, após ouvir falar dela por meio da União de Jovens da Equatória Oriental, da qual eu era secretária de gênero e bem-estar social.

Por meio desse programa, eu adquiri habilidades para promover a paz em mim mesma e entre os jovens da nossa



comunidade – por meio de gestão de conflitos, mediação, tecnologias da informação e comunicação (TIC), meditação e empreendedorismo. A formação visa a reduzir a violência e promover a paz e o desenvolvimento. Ao completar o curso de 250 horas, eu fui certificada pela WPDJ como formadora de formadores (*trainer of trainees* – ToT), para formar jovens locais e desenvolver atividades em comunidades distantes. As atividades consistem na facilitação de processos de paz e no desenvolvimento de negócios na comunidade, oferecendo serviços às comunidades e empregos para os jovens.

O programa de Equatória Oriental reúne 18 ToTs e 156 jovens entre 16 e 35 anos, em *payams* (comunidades locais). Eles sabem ler e escrever, o que é importante, porque o programa envolve a interação por meio de plataformas de mídias sociais. Assim, nós podemos ajudar uns aos outros a lidar com conflitos e na gestão de nossos respectivos pequenos negócios.

O programa também me ajudou a ganhar confiança, ao usar meu talento artístico para uma causa justa. Dramaturgia e histórias são muito importantes para transmitir mensagens. Como mediadora da paz, muitas vezes eu treino pessoas ou me envolvo em diálogos com a comunidade. Percebi que, quando os problemas são realmente difíceis, é mais

fácil usar a arte, usar palavras que as pessoas entendem, porque as pessoas são capazes de diferenciar o certo e o errado por meio da arte.

Recentemente, eu fiz um curta-metragem sobre violência de gênero com um grupo de amigos e colegas da YPN. Nós usamos um *tablet* oferecido pela WPDJ para fazer o filme, porque não tínhamos dinheiro para comprar uma câmera. Uma versão ficcional de situações que acontecem em nossas comunidades, o filme foi gravado em inglês, e também em toposa, árabe juba e árabe – cada um usou sua própria língua.

Muitas das pessoas no filme não eram atores profissionais. Jovens e líderes comunitários se juntaram para resolver o problema dos casamentos precoces forçados. O fato de eles terem aceitado participar do filme foi, para mim, um dos melhores momentos de todo esse processo.

O filme conta a história real de uma adolescente para quem a família quer arranjar um casamento, o que ela recusa. Ela tem a permissão de se defender perante um conselho, formado por sua família e a comunidade, e os convence de que uma mulher jovem deveria poder escolher seu parceiro e sua vida.

O filme foi compartilhado por meio de Bluetooth com jovens que tinham

smartphones e também foi usado pela WPDJ como uma de suas atividades. Nós ainda não mostramos o filme em escolas, mas fizemos uma projeção durante um treinamento de jovens de *payams*, e sua reação foi positiva. Os alunos reconheceram a necessidade de incentivar a educação de meninas e de desestimular os casamentos precoces forçados. Eu espero poder exibir o filme para um público mais amplo e fazer mais filmes como esse, com mais recursos.

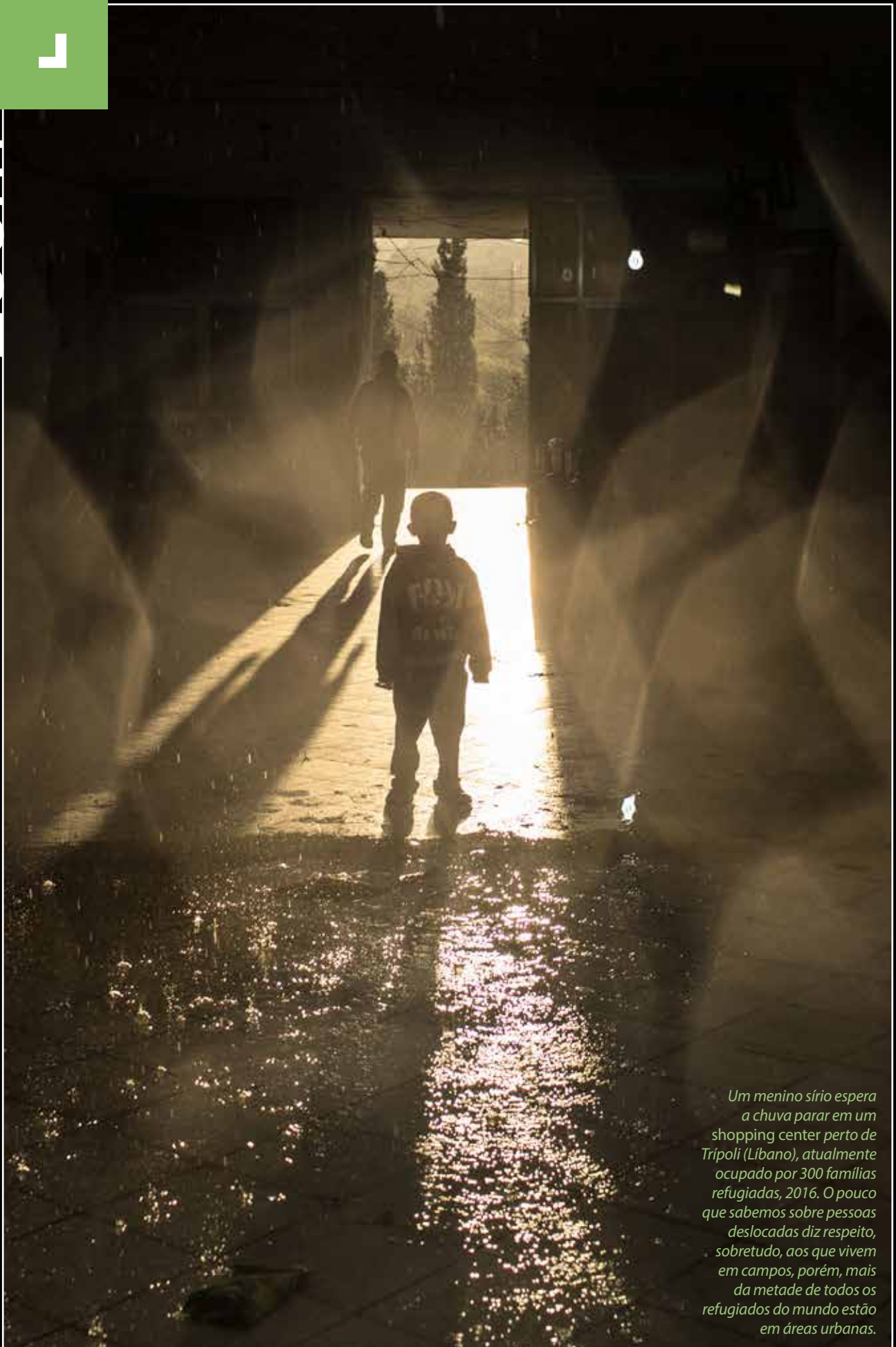
Por meio dos meus estudos e da formação com a WPDJ, a UNESCO e a ONU Mulheres, eu adquiri habilidades de construção da paz, gestão de conflitos, mediação, meditação, negócios e luta contra a violência de gênero. Eu aprendi muito sobre paz e direitos humanos. No entanto, isso precisa ser traduzido para as línguas que as pessoas falam em casa – é preciso falar com seus corações.

Eu acho que a arte pode fazer muito para a paz no Sudão do Sul, muito mais do que longos discursos. Ela pode mostrar personagens positivos com os quais as pessoas podem se identificar, convidando-as a praticar a paz e o desenvolvimento sustentável. Nós precisamos de mais arte no Sudão do Sul para que tenhamos mais paz.

Magdalena Nandeye com um grupo de jovens, trabalhando em um projeto agrícola de apoio a suas comunidades.



© WPDJ



Um menino sírio espera a chuva parar em um shopping center perto de Trípoli (Líbano), atualmente ocupado por 300 famílias refugiadas, 2016. O pouco que sabemos sobre pessoas deslocadas diz respeito, sobretudo, aos que vivem em campos, porém, mais da metade de todos os refugiados do mundo estão em áreas urbanas.



Educação sequestrada

Texto: Katerina Markelova

Fotos: Diego Ibarra Sánchez / MeMo



As cicatrizes da guerra: uma sala de aula destruída vista através de um buraco na parede, Hasakah, Síria, 13 de abril de 2016.

“O tempo, uma bomba-relógio, é interrompido no exílio e mancha as páginas dos calendários escolares que nunca mais retornarão”. O fotógrafo espanhol Diego Ibarra Sánchez usa essa metáfora para expressar um pensamento que o tem perseguido por muito tempo: o de que a guerra está acabando com o futuro de toda uma geração.

Segundo a UNESCO, apenas a metade das crianças refugiadas e um quarto dos adolescentes refugiados frequentam a escola, ao passo que 28 milhões de crianças que vivem em regiões afetadas por conflitos não vão à escola em absoluto.

Muitas vezes, os efeitos da guerra na educação não são percebidos pelas lentes dos fotógrafos de guerra. Professores são assassinados, escolas são destruídas ou transformadas em bases militares, há um trauma psicológico profundo – e, no fim das contas, a milhões de crianças é negado o acesso à educação. Indo além do sensacionalismo das imagens de guerra, Diego quer mostrar como o futuro de uma “geração perdida” está sendo destruído.

Sua mãe foi professora e, por isso, Diego já tinha consciência dos desafios da

educação quando partiu para o Paquistão em 2009, aos 27 anos de idade. Naquela época, o país estava nas garras de uma campanha violenta do Talibã contra o sistema escolar. Foi então que ele lançou o projeto *Hijacked Education* (Educação Sequestrada), que *O Correio* destaca nesta seção Zoom.

Em 2014, Diego se mudou para o Líbano, onde ainda vive hoje com sua mulher e seu filho de 2 anos. Ele continuou a desenvolver seu trabalho sobre o tema das escolas em tempos de guerra, e foi para a Síria, para o Iraque e para a Colômbia.

“Infelizmente, esse capítulo ainda não terminou”, afirma Diego. “Isso ainda representa como é a vida em muitas partes do mundo e, por isso, meu projeto continua. Nós consumimos milhões de imagens sem tomar o tempo necessário para digeri-las. Ao passar de uma realidade para a outra, sem pausa, nós nos tornamos ‘turistas’ da dor alheia”, completa ele. Usando a força de seu trabalho como fotógrafo, ele tenta incentivar os “turistas” apressados – que somos nós – a parar para pensar e ajudar a desarmar a bomba-relógio que ameaça tantas das crianças em idade escolar no mundo.



Apresentação da associação francesa Clowns Sans Frontières em uma escola libanesa para crianças refugiadas, dezembro de 2014. A metade dos refugiados do mundo são crianças. A maioria deles vive em países em desenvolvimento, onde muitas escolas já têm dificuldades em educar crianças de suas comunidades locais.



Um serviço de transporte organizado pelo UNICEF / Caritas, no Vale de Beqaa (Líbano), possibilita a frequência escolar regular dos filhos de refugiados sírios, março de 2017.



Centenas de livros didáticos queimados pelos militantes do grupo EI em uma escola em al-Shaddadi (Síria), em abril de 2016. As escolas, assim como os hospitais, estão entre os lugares mais perigosos do país. No entanto, a proteção de escolas e hospitais está prevista na Convenção relativa às Leis e Costumes da Guerra em Terra, de 1907.





Um jovem refugiado sírio brinca em um abrigo improvisado erguido em um campo informal nos arredores de Zahlé, no Líbano, em 16 de dezembro de 2016. Mundialmente, o número de pessoas deslocadas atingiu níveis nunca registrados antes. Em 2015, 65,3 milhões de pessoas foram deslocadas forçadamente. Cinquenta e três por cento dos refugiados são originários da Síria, da Somália ou do Afeganistão.



A entrada principal desta escola para meninos no Paquistão foi bloqueada por tijolos após uma explosão em abril de 2013. A Declaração sobre Segurança nas Escolas – apresentada em 2015 pela Global Coalition to Protect Education from Attack, da qual a UNESCO é um membro fundador – atualmente está aprovada por 69 países.



Alunos paquistaneses de uma escola destruída pelos talibãs têm de estudar do lado de fora do prédio, 2013. "Em situações de conflito, as escolas, os professores e os alunos não são danos colaterais – eles são alvos diretos", diz Irina Bokova, diretora-geral da UNESCO.



Escombros de um quadro-negro em uma escola em Swabi (Paquistão), destruída em agosto de 2012. A foto foi tirada em 2013. Na maioria dos países em situação de conflito armado, o uso das forças armadas em escolas e outras instituições permanece constante durante a guerra, segundo a UNESCO.



Foto de um menino refugiado sírio, Líbano, julho de 2017. Quase 3 milhões de crianças da Síria nunca souberam o que é paz e sofrem de distúrbios psicossociais.



Ideias



Desenho de Kitty Crowther, ilustradora e autora de livros infantis, que é anglo-sueca e mora na Bélgica. Foi utilizado para o pôster do Dia da Solidariedade ao Exilado, intitulado Você é maravilhoso, você é bem-vindo, celebrado em Molenbeek, em Bruxelas, em 10 de maio de 2017.

Filosofia versus tribalismo



© EvazéSir from the no rules corp

por Souleymane Bachir Diagne

A crise da migração aponta para o isolamento tribalista que pode ser encontrado na origem do que o filósofo Souleymane Bachir Diagne chama de “crise da nossa ideia de humanidade”. Diagne nos leva em uma jornada filosófica por meio de assuntos atuais segundo o pensamento bergsoniano.

Este artigo foi publicado para coincidir com o Dia Internacional da Tolerância, 16 de novembro, e com o Dia Mundial da Filosofia, comemorado todos os anos na terceira quinta-feira de novembro.

Hoje, nós estamos vivendo uma crise relativa à nossa ideia de humanidade, e a filosofia pode e deve nos ajudar a refletir sobre isso. Uma crise da nossa ideia de humanidade: o que queremos dizer com isso? No jornal francês *Le Monde*, de 30 de abril de 2016, Nicolas Hulot – que ainda não era ministro do Meio Ambiente (cargo que ocupa desde maio de 2017), mas o diretor de uma fundação ambiental – fez a seguinte pergunta: “No que diz respeito aos migrantes, onde foi parar a nossa humanidade?”

Eu considero fundamental a forma como essa pergunta foi feita, porque mostra que o que é revelado pela “crise da migração” que estamos vivendo – inigualável desde a Segunda Guerra Mundial, como se diz – é o nosso próprio isolacionismo, que, hoje, está colocando em questão a ideia normativa e ética de humanidade.

Nós precisamos pensar juntos sobre o migrante, uma figura que destaca o sofrimento humano e o surgimento do que foi chamado de populismo. Eu prefiro usar

Tribulations (Atribulações, em tradução livre), uma instalação pop-up na Réserve Malakoff (França), feita pelo artista de graffiti e estêncil Sir, e pelo pintor e artista gráfico Evazé-Nam. A instalação questiona noções de migração e fronteiras.

os termos *etnonacionalismo* ou *tribalismo*, porque considero o termo aceito populismo inadequado para descrever o que estamos vivendo na atualidade.

O melhor símbolo, hoje, para esse encontro entre o migrante e o *etnonacionalismo* é o navio fretado por jovens europeus de extrema-direita, o *Génération Identitaire* (Geração Identidade). Eles usam a embarcação para interceptar barcos de migrantes, além de barcos de ONGs que ajudam os migrantes, no Mediterrâneo – podemos nos perguntar se têm a intenção de afundá-los. Outra imagem é a dos pescadores na Tunísia, contrários ao reabastecimento do que eles consideram um “navio racista” nos portos do país.

“ A 'crise da migração' que estamos vivendo é o nosso próprio isolacionismo, que, hoje, está colocando em questão a ideia normativa e ética de humanidade ”

Os movimentos etnacionalistas levaram ao poder – aqui e acolá, como sabemos – partidos e personalidades que transformaram os migrantes em bichos-papões. Eles incitam seus eleitores a protestar contra os migrantes, formando frentes nacionais. Eles estão perto de tornar sua ideologia dominante nos Países Baixos, um país que a história – particularmente a história da filosofia – considera a terra-mãe da tolerância e da ideia de humanidade.

A natureza primitiva do instinto tribal

Perguntar-nos o que dá poder ao tribalismo requer uma análise à qual a filosofia – especialmente Henri Bergson (1859-1941) – esclarece de forma inestimável. Essa análise nos ensina que a recusa radical de ouvir a pergunta de Hulot se origina na negociação da própria ideia de uma “humanidade em geral”, na qual pode se basear a obrigação de hospitalidade.

Não existe uma humanidade em geral? Ela existe, e essa é a ideia à qual Bergson chama de “alma que abre” ou “a alma aberta”, que está no cerne de seu pensamento na obra *The Two Sources of Morality and Religion (As duas fontes da moral e da religião; Paris, 1932)*.

Nessa obra, o filósofo francês explica que o sentimento de pertencimento a uma tribo é instintivo em nós. E, por ser instintivo, não há necessidade de questionar sua origem ou sua natureza, apenas de se reconhecer que ele existe e que está gravado primitivamente em nossa natureza.

Esse é, então, o motivo sobre o qual se baseia a política tribal e o apelo ao *etnacionalismo*. É compreensível, portanto, que quando se dá a aparência de bom senso a essa política – ao se apresentar como imediatamente evidente versus as complexidades do que ela condena como o “politicamente correto” da abertura ao outro – transforma-se a natureza *primitiva* do instinto tribal em sua verdade *primária*. O que existe para mim é o círculo de proximidade constituído pela comunidade daquelas pessoas que se parecem comigo, que têm a mesma cor de pele ou a mesma religião, e assim por diante. Portanto, foi proposto que se ordenasse os requerentes de asilo de acordo com sua religião!

Se alguém desejar, então, evocar uma abstração tal como a de *humanidade*, ela pode ser somente uma totalização zoológica, um agrupamento obtido apenas pela inclusão de humanidades fundamentalmente heterogêneas. Não se pode simplesmente chegar à ideia de humanidade tomando como ponto de partida as afiliações e aumentando gradualmente as inscrições territoriais. Em resumo, não se pode ampliar o instinto do tribal para um instinto do humano.

Para além do instinto, abertura

É necessário, portanto, ser capaz de emergir do instinto, de modo a se entrar em contato com a humanidade, ao mesmo tempo em si e nos outros. A questão, então, é esta: como é possível abrir a alma para além da tribo, se é originalmente estabelecido que nós “amamos direta e naturalmente, nossos pais e nossos compatriotas, ao passo que o amor pela humanidade é indireto e adquirido”, para citar Bergson? Onde podemos acessar uma força que não apresenta o imediatismo de um instinto? Em outras



palavras, como é possível adquirir algo que vai contra o plano da natureza de nos engajar na comunidade que nossa “tribo” construiu, com sua própria moralidade e sua oposição a outras tribos? Isso é possível porque também faz parte da nossa natureza, explica Bergson, conseguir “enganar” essa mesma natureza e expandir, por meio da inteligência, “a solidariedade social para uma fraternidade humana”.

Nós então adquirimos o significado dessa fraternidade humana por meio, de um lado, da religião – e é preciso lembrar aqui que uma das etimologias dessa palavra lhe confere o significado daquilo que conecta – e, por outro lado, da inteligência na forma de razão filosófica. Assim, para nos abriremos para além do instinto, existe a religião e seu apelo para amar a humanidade “por meio de Deus, em Deus”, e a razão, “pela qual todos comungamos uns com os outros”, e por meio da qual “os filósofos nos fazem ver a humanidade e nos mostram, assim, a dignidade eminente da pessoa humana, o direito de todos ao respeito”. Esse amor pela humanidade não



© Gianni Cipriano

Um candidato a asilo alimenta pombas e pombos no pátio do Pian del Lago CARA (Centro de Alojamento para Asilo) em Caltanissetta, Itália, 2014.

é *primitivo* como o instinto. Ainda assim, ele é *primário*. Nós o vivenciamos por meio da caridade ou do significado filosófico: tanto em um caso como no outro, Bergson nos diz, nós chegamos lá em um salto, e não em etapas que iriam da família para a nação, e assim por diante.

A “alma aberta” é exatamente o princípio desse salto. Ela combate o que se pode chamar de alma atrofiada, fechada, para a qual amar significa amar *contra*; a qual responde, para a ideia de humanidade, que sua maior preocupação é consigo mesma e com o que a toca mais de perto. E isso já é muita coisa, mais do que o suficiente para ter de lidar – ela não pode assumir todos os problemas do mundo.

Contrariamente a essa alma atrofiada e seus fatos falsos, eu reconheço em mim uma alma aberta que torna a humanidade imediatamente presente para mim – eu posso tocá-la – e que me permite ser vizinho de alguém que não está próximo. Conforme escreve Bergson, eu também reconheço por esse próprio fato que nós sempre devemos nos tornar humanos. Em outras palavras, nós temos de expandir continuamente essa alma aberta dentro de nós, de fundamentar nela uma resposta para a crise de migração que seja constituída de humanidade e hospitalidade.

Souleymane Bachir Diagne (Senegal) é filósofo e historiador da lógica matemática. Professor na Universidade de Columbia, em Nova York, escreveu diversos livros sobre a história da lógica e da filosofia, do islamismo e das sociedades e culturas africanas. Em 2011, ele recebeu o Prêmio Edouard Glissant em reconhecimento a seu trabalho.

Cientistas refugiados:

pioneiros silenciosos dedicados à descoberta

por Sarah Willcox

Em um mundo despedaçado por conflitos, é essencial que cientistas e acadêmicos cujas liberdades individual e intelectual estejam em risco recebam uma segunda chance para continuar a inovar e trabalhar em ambientes seguros. Sem essas liberdades, como destacou Einstein em 1933, “não teria existido um Shakespeare, um Goethe, um Newton, um Pastor, um Lister... Apenas pessoas livres realizam as invenções e os trabalhos intelectuais que para nós, modernos, fazem a vida valer a pena”.

de acadêmicos forçados a abandonar permanentemente seus países de origem. Somos nós que colhemos os frutos, na medida em que ele amplia os limites da ciência para o nosso bem universal.

A história se repete. Nós tínhamos esperança, então, de que as lições aprendidas no passado nos ensinariam e nos protegeriam de crises futuras. Contudo, aqui estamos em 2017, chegando ao fim de mais um ano emblemático no qual milhares de vidas foram destruídas pela violência e pela instabilidade.

Segundo o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), existem no mundo 65,6 milhões de pessoas deslocadas à força, 22,5 milhões de refugiados e 10 milhões de apátridas. Em média, todos os dias, 28,3 mil pessoas são forçadas a fugir de suas casas devido a conflitos e perseguições.



Mapa mundial do exílio.

© DR

Durante décadas, um físico teórico desafiou a suspeita de seu governo e continuou a ensinar e a pesquisar, suportando as indignidades da vigilância e da repressão. Educado na Europa, ele foi amplamente publicado e construiu uma reputação internacional. Ele sofreu por décadas, defendendo liberdades políticas em seu país de origem, assim como defendendo os direitos dos seus alunos que apoiavam os mesmos valores. Por fim, ele fugiu, buscando a segurança das universidades norte-americanas.

Isso não foi em 1930. E esse cientista sem nome não é Albert Einstein. Isso aconteceu mais recentemente, em 2012, quando o Fundo de Resgate Acadêmico do Instituto de Educação Internacional (*Institute of International Education Scholar Rescue Fund – IIE-SRF*) – um programa que eu dirijo – recebeu seu pedido de ajuda. Esse renomado cientista é um dos milhares



© Massimo Sestini

Uma fragata da classe Carlo Bergamini, da Marinha Italiana, resgatou migrantes deste barco no Mediterrâneo, em junho de 2014. O fotógrafo italiano Massimo Sestini – que tirou essa foto icônica de um helicóptero da polícia – lançou a campanha Where Are You? (Onde Estão Vocês?, em tradução livre) para encontrar pessoas que têm sido resgatadas todos os dias. Contato dele: whereareyou@massimosestini.it.

Não “apenas” refugiados

As estatísticas são espantosas, mas nós frequentemente as aceitamos como parte de uma realidade com a qual temos de viver. Pare um momento para considerar os inúmeros milhões de indivíduos que foram desalojados no século passado – nós sabemos que eles não são “apenas” refugiados. Eles são mães e pais, irmãs e irmãos, netas e sobrinhos. Eles são vizinhos e membros integrais de nossas comunidades. Eles construíram nossas cidades e, muitas vezes, atravessaram fronteiras nacionais para conectar nossas culturas e economias. Muitos o fizeram por meio de seu trabalho acadêmico: lecionando em universidades locais, publicando as últimas descobertas científicas – pioneiros silenciosos, que contribuem para a pesquisa do outro lado do mundo.

Albert Einstein teve sorte de estar nos EUA em 1933, quando Hitler tomou o poder. Sua casa foi saqueada, o que o convenceu de que não podia mais chamar a Alemanha de lar. Após uma breve estadia na Europa, ele voltou para os EUA, onde entrou no recém-criado Instituto de Estudos Avançados de Princeton, Nova Jersey. Nós não precisamos entender as teorias de Einstein para saber que o mundo científico se beneficiou imensamente delas.

Poucos de nós têm consciência de que milhares de cientistas e acadêmicos

refugiados de uma Europa destruída pela guerra no século passado se destacaram nos países que os acolheram, mesmo enfrentando uma rejeição chocante das comunidades locais e das universidades nacionais. Nos EUA, nas décadas de 1930 e 1940, o Comitê de Emergência para Ajuda de Acadêmicos Estrangeiros Deslocados (*Emergency Committee in Aid of Displaced Foreign Scholars* – EC), um consórcio de organizações de refugiados – que incluía o IIE – ajudou cerca de 400 acadêmicos, incluindo 100 físicos, a encontrar oportunidades na área acadêmica.

Segundo a economista Petra Moser, a quantidade de patentes aumentou em mais de 30% apenas nos EUA em áreas geralmente procuradas por cientistas judeus na década de 1930. O efeito cascata positivo para as gerações seguintes é inestimável.

A era de Einstein incluiu Erwin Schrödinger, que fugiu da perseguição na Áustria, sua terra natal, para ingressar no Instituto de Estudos Avançados de Dublin no final dos anos 1930 – seu trabalho em física teórica lhe conferiu o Prêmio Nobel em 1933. Além disso, o físico Hans Bethe, cientista nuclear teuto-americano que ganhou o Prêmio Nobel de 1967 em física, desempenhou um importante papel no desenvolvimento da bomba de hidrogênio. Depois, ele fez campanha junto com Einstein contra os testes nucleares e contra a corrida de armas nucleares.

Contribuições excepcionais

Mais de um terço dos Prêmios Nobel conquistados pelos EUA nas áreas de ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM – *science, technology, engineering and mathematics*) foram atribuídos a cientistas nascidos em outros países. Hoje, nós continuamos a celebrar os refugiados por suas contribuições para a ciência e a sociedade após eles receberem uma segunda chance. Sergey Brin, cofundador do Google e atual presidente da Alphabet, empresa controladora da Google, tinha apenas 6 anos quando sua família fugiu da União Soviética para os EUA, em 1979.

Desde 2002, o Fundo de Resgate Acadêmico do IIE deu continuidade ao legado da EC, ajudando acadêmicos afligidos por conflitos e perseguições. A maioria dos acadêmicos com os quais nós trabalhamos foram deslocados ou estão à beira de um deslocamento de longo prazo. Eles foram marcados pela perseguição por regimes políticos inseguros por causa de seu trabalho acadêmico, religião, etnia e, cada vez mais, por apoiar seus colegas. No auge do conflito no Iraque de 2007 a 2013, nós ajudamos a alocar centenas de cientistas em universidades de países vizinhos após eles terem recebido

cartas anônimas ameaçando primeiro seus cargos e, depois, suas famílias. Suas vidas foram reviradas de formas tais que paralisariam as pessoas comuns. No entanto, após alguns anos de apoio na diáspora, a maioria regressou ao Iraque ou manteve sua produtividade acadêmica na região. Muitos estão ajudando a reconstruir suas universidades.

Com base na nossa própria experiência, nós estimamos que, todos os anos, milhares de acadêmicos necessitam de um lugar seguro para continuar seu trabalho. Nosso programa ofereceu um apoio financeiro crucial e conexões acadêmicas para mais de 700 desses profissionais originários de 43 países. Outras organizações de refugiados apoiaram outros milhares mais. Porém, é difícil estimar quantos cientistas deslocados perderam seu trabalho acadêmico de forma permanente, e não têm a sorte de obter ajuda para deixar seu país e retomar seu trabalho em um ambiente seguro.

Escombros da Universidade de Mosul, que foi queimada e destruída durante uma batalha com o grupo EI, em Mosul, no Iraque, em 10 de abril de 2017.



Abrindo portas e oferecendo apoio

Centenas de acadêmicos deslocados sofreram porque suas publicações são anteriores aos registros *online* e porque as barreiras linguísticas são aparentemente intransponíveis. Sem recursos prontamente disponíveis – como bolsas de estudo – e as portas abertas em universidades e instituições científicas, o cientista silencioso que não tem o reconhecimento de um Einstein tem pouca ou nenhuma chance de recuperar seu trabalho acadêmico. Os anos gastos com formação e as perdas de potencial para a sociedade produziram danos incalculáveis para a causa científica.

O Fundo de Resgate Acadêmico nasceu da história de quase 100 anos que a IIE tem na ajuda de estudantes e acadêmicos ameaçados. O nosso está agora entre alguns dos programas formais que oferecem apoio básico para acadêmicos ameaçados. O Conselho para Acadêmicos em Risco (*Council for At-risk Academics – CARA*) foi fundado em 1933 pelos mais proeminentes acadêmicos e cientistas britânicos em resposta à decisão de Hitler de expulsar centenas de acadêmicos de ponta das universidades alemãs por motivos raciais. O CARA trabalha lado a lado com a Rede de Acadêmicos em Risco (*Scholars at Risk Network*, fundada em 2000), e a *Iniciativa Phillip Schwartz* da Fundação Alexander von Humboldt, na Alemanha. O Programa Nacional de Assistência ao Acolhimento de Emergência de Cientistas no Exílio (*Programme National d'Aide à l'Accueil en Urgence des Scientifiques en Exil – PAUSE*), do Collège de France, ajuda a receber os cientistas no exílio, e a Academia Mundial de Ciências (*World Academy of Sciences – TWAS*), um programa da UNESCO com sede em Trieste, na Itália, apoia cientistas refugiados, principalmente os vindos de países em desenvolvimento.

Organizações e universidades na Bélgica, na União Europeia, no Canadá e na Jordânia também oferecem ajuda a acadêmicos refugiados. No entanto, ainda há muito a ser feito para garantir que o capital intelectual do mundo produza inovação e descoberta para as próximas gerações.

Sarah Willcox (EUA) é diretora do Fundo de Resgate Acadêmico do IIE, com o qual está envolvida desde 2003. Radicada em Nova York, ela supervisiona as operações do IIE-SRF, incluindo parcerias, políticas de programas, divulgação e comunicações.

“Você me pergunta o que é exílio”

As palavras de artistas exilados, ditas por meio de nossas colunas

Edouard J. Maunick,
poeta mauritano

O Correio da UNESCO, 1994-3

“O exílio se torna difícil quando a solidão se estabelece, uma solidão que tem mais a ver com a memória de algo essencial enraizado em nós mesmos do que com recordações comuns. Do contrário, eu não vejo o exílio como doloroso, porque ele não significa apenas abandonar o lar para ir para outro lugar, mas também significa avançar em direção a si mesmo, decidir conhecer-se e viver em e com você mesmo. Após passar por suas próprias atribuições e momentos de deslumbramento, você precisa descobrir sobre os outros, mas o mais essencial é o autoconhecimento. O exílio, então, se torna uma missão, uma expedição pelo espaço interior alheio, no curso do qual é preciso, acima de tudo, nunca cair na tentação de querer descrever o outro à sua própria imagem, sob o pretexto de uniformizar certos detalhes”.

Spôjmaï Zariâb,
escritora afegã

O Correio da UNESCO, 2008-2

“Você me pergunta o que é o exílio... Anos atrás, em uma esquina tranquila de Cabul, eu li a tradução persa de *O homem de Cabul*, um conto de Rabindranath Tagore. Com suas palavras mágicas, esse talentoso escritor indiano me fez descobrir a dor do exílio [...] Eu, que estava protegida da miséria e que conhecia a guerra apenas pelos livros, também me vi protegida do exílio... até o fim dos meus dias. Naquela época, eu não sabia que um dia, por fim, a mão injusta da história transformaria todos os afegãos no homem de Cabul de Tagore. Que a loucura da história iria dividir uma nação inteira e dispersar os afegãos pelos quatro cantos do mundo, longe de seus pais, mães, filhos, irmãs e irmãos. À minha volta, eu não conheço uma família sequer que foi poupada do tormento do exílio, e que, mesmo sem ter lido Tagore, não viveu a história do homem de Cabul e não sentiu a sua dor por dentro”.

Abderrahmane Sissako,
diretor de cinema mauritano

O Correio da UNESCO, 2000-10

“O exílio é sempre uma deficiência. Porém, a distância permite que você olhe para o seu próprio país, seu passado, sua história, a partir de um ponto de vista ligeiramente estrangeiro. Quando falamos sobre o nosso lar, nós tendemos a hesitar, a nos guiar pelo sentimento. É um processo delicado que pode sair do nosso controle a qualquer momento. Talvez tenhamos mais sensibilidade. Às vezes, você escolhe ficar em silêncio e permitir que outras pessoas o interpretem”.

Bujor Nedelcovi,
romancista, ensaísta e roteirista romeno

O Correio da UNESCO, 1996-10

“Se o exílio é um teste de iniciação, ele é também um teste da verdade. Ele implica a perda das ilusões e do mundo de desejos enganosos e das aparências, e faz com que se atinja um tipo de lucidez. Ele significa aprender a separar o joio do trigo descartando a falsa tolerância, que produz uma aparência de paz interior, em favor da tolerância real, que requer uma imersão de si mesmo no universal [...] O exílio involuntário se tornou, no meu caso, um exílio voluntário em busca de coisas passadas e do renascimento espiritual. Aceitar já é realizar um retorno, pelo menos para si mesmo”.

Rithy Panh,
diretor de cinema cambojano

O Correio da UNESCO, 2000-10

“Quando você está exilado, você não tem mais uma identidade. Seja no Camboja ou na França, eu meio que estou em casa em qualquer lugar agora. Longe e perto de tudo. Eu me interessava por essa distância. Ela permite que você dê um passo para trás e veja adiante, que perceba a forma das coisas. O menor dos males para um exilado é conseguir usar isso”.



© B. Catalano / R. Poulain

Uma escultura em bronze da série *Les Voyageurs*, do artista francês Bruno Catalano.

Véronique Tadjo,
escritora e pintora marfinense

O Correio da UNESCO, 2008-2

“Por muito tempo, eu viajei, com a alma e o coração em paz, dizendo a mim mesma que poderia voltar para casa quando eu quisesse. As coisas mudaram com a crise costa-marfinense. Eu tive a impressão de que a porta se fechou de repente, me deixando de fora. Eu achei difícil entender o que estava acontecendo, como havíamos chegado a esse ponto. Eu me senti alienada, como se tudo tivesse de ser iniciado novamente. O exílio começa quando você não pode mais voltar para o país que deixou para trás, quando o caminho de volta se torna penoso”.



Nossa convidada



Oued Bouchamaoui recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 10 de dezembro de 2015.

© ODD ANDERSEN / AFP Photo



“A prosperidade nasce da confiança”

Ouided Bouchamaoui

Entrevista por Mounir Charfi, jornalista tunisiano

Ouided Bouchamaoui, vencedora do Prêmio Nobel da Paz de 2015, defende a existência um Estado forte que seja capaz de se comunicar com seus jovens, assim como de um setor privado que incentive os jovens empreendedores. Segundo a presidente da Confederação da Indústria, Comércio e Artesanato da Tunísia (UTICA), não é possível haver democracia sem desenvolvimento econômico.

Como presidente da UTICA, a sra. desempenhou um papel fundamental em ajudar a Tunísia a solucionar sua crise política de 2013, ao iniciar um “diálogo nacional” com três outras organizações. Como conseguiu isso?

Nós éramos quatro [o Quarteto para o Diálogo Nacional da Tunísia, vencedor do Prêmio Nobel da Paz de 2015]: a UTICA, o Sindicato Geral dos Trabalhadores da Tunísia (UGTT), a Ordem dos Advogados da Tunísia e a Liga Tunisiana para os Direitos Humanos (LTDH). Após o assassinato politicamente motivado do líder do partido da oposição, Mohamed Brahmî, em julho de 2013, apenas seis meses após o assassinato do líder da Frente Popular, Chokri Bellaïd, nós decidimos publicar uma declaração conjunta pedindo calma à população.

Nós, então, usamos essa declaração como base para um roteiro, o qual, para nós, refletia as aspirações da grande maioria dos tunisianos. Nós o enviamos para os principais partidos políticos do país, e 22 deles concordaram em assiná-lo. Apenas o *Congrès pour la République* (CPR), um dos partidos do governo interino daquela época, se recusou a participar desse processo. O partido *Ennahdha*, que também se aliou ao governo interino, finalmente assinou a declaração, mesmo sem as alterações que ele desejava.

Pela primeira vez na história da Tunísia, as relações entre os sindicatos dos trabalhadores e os empregadores estavam relativamente boas. “Diálogo” foi a palavra de ordem para lidar com as questões políticas e sociais?

Sim. Antes de entrar nas negociações políticas, ocorreu uma série de debates para se chegar a um consenso entre a UTICA e o UGTT – por iniciativa da UTICA, eu devo destacar. Nós queríamos estabelecer esse marco inicial no diálogo social. Nada é mais eficiente do que se reunir em volta de uma mesa para quebrar barreiras entre sindicatos e empregadores. Os negócios não podem funcionar sem os seus donos ou sem seus empregados. Pelo bem da produtividade, a melhor coisa é adotar o princípio da “convivência pacífica”, apesar das nossas diferenças.

A UTICA costumava ser uma aliada do governo autoritário, mas, após a revolução de 2011, ela se tornou um dos atores do processo democrático. Como ocorreu essa mudança?

É verdade, a UTICA não era totalmente independente em sua tomada de decisões. Espera-se que trabalhemos com o governo, qualquer que seja o seu direcionamento político. O capital é sempre frágil. Mesmo assim, certas questões prementes haviam sido tratadas antes de 2011, como o comércio paralelo, as fraudes e a corrupção. Felizmente, nós agora somos uma democracia, o que nos permite lidar até

com as questões mais sensíveis de forma mais franca e aberta. Isso facilita muito o diálogo.

Na sua opinião, qual é o papel do setor privado no apoio ao processo democrático?

O slogan criado pelo movimento jovem durante a revolução era “Dignidade e trabalho”. É verdade, não há dignidade sem trabalho. Assim, nosso papel consiste em investir para criar empregos. Se conseguirmos alcançar esse objetivo, nós resolveremos os problemas econômicos e sociais do país.

A democracia é uma grande conquista, mas não é suficiente para a estabilidade do país. De que adianta poder falar, se você não tem comida suficiente? Assim, nós temos um papel importante a desempenhar na criação de empregos. Contudo, o governo precisa acompanhar [esse processo].

Muitos fatores impedem o desenvolvimento. Diversas leis precisam ser revistas. O ritmo lento da administração desestimula os investidores. Os investidores estrangeiros não estão muito motivados porque pensam que as leis existentes ou não são claras, ou não são aplicadas. Mesmo nós, tunisianos, apesar da nossa boa vontade, nos sentimos frustrados por não sermos capazes de agir tão rápido quanto gostaríamos, porque a administração e as leis não acompanham o ritmo.



As parcerias público-privadas (PPPs) são reconhecidas como um elemento necessário para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Qual é o posicionamento da Tunísia quanto a isso?

O parlamento tunisiano aprovou uma lei que permite as parcerias público-privadas. Porém, do modo como foi formulada, essa lei esvaziou o princípio de qualquer sentido na prática. Nós agora estamos trabalhando para melhorá-la. A promulgação da lei não foi acompanhada de forma adequada por informações para explicar os objetivos subjacentes das PPPs. Com a exceção de certos setores estratégicos – nos quais o Estado deve estar presente e nos quais o setor privado não tem os meios ou a autoridade para intervir –, o setor privado precisa participar ativamente dos investimentos, em especial nas províncias, para desenvolver a economia e principalmente para incentivar o empreendedorismo jovem. Eu vou aproveitar esta oportunidade para transmitir uma mensagem aos jovens: vocês sempre podem começar pequenos e expandir depois.

A sra. gostaria de ver soluções radicais para tirar a Tunísia da crise econômica em que ela se encontra? Que papel a UTICA poderia desempenhar nesse processo?

Não existem soluções milagrosas. Uma vantagem da Tunísia é que os problemas econômicos são bem definidos e conhecidos por todos. O mais urgente é a aplicação da lei.

Nós precisamos encontrar uma solução para o comércio paralelo e para a economia informal, que estão prejudicando a nossa economia como um todo. Nós precisamos ter um controle maior sobre nossas fronteiras e fazer um esforço sério para trazer a juventude aos empregos formais. Nós também precisamos convencer as pessoas de que pagar impostos é um ato de cidadania. Por fim, o governo tunisiano, que no passado havia realizado um trabalho muito bom, precisa restaurar a imagem que

costumava ter, para que possamos confiar nele novamente.

Hoje, há uma série de obstáculos dos quais nós temos consciência. O que falta é vontade política para superá-los e restaurar a confiança entre todas as partes interessadas – uma pré-condição necessária para qualquer forma de desenvolvimento. É verdade, nós passamos de uma ditadura para uma democracia, mas isso não significa que o Estado deva estar ausente. É necessário um mínimo de ordem, pelo menos para aplicar a lei. Nós não queremos um Estado autoritário de novo, mas sim um Estado forte, e essa força advém da aplicação da lei. A autoridade da lei fornece rigor, e o rigor leva à confiança. É a confiança que traz investimentos e prosperidade.

O terrorismo e o recrutamento de jovens pela internet se tornou um dos maiores desafios do nosso tempo. Em 2015, o Quarteto Tunisiano lançou um apelo da tribuna do Prêmio Nobel para combater esse flagelo. Que soluções ele sugere?

Eu acredito que nós ainda não lidamos com os problemas dos jovens de forma pragmática. Na Tunísia, seis anos após a revolução, os jovens ainda não viram nenhuma ação concreta em resposta a suas demandas. Eles ainda não têm trabalho, lazer, um marco adequado para realizar seu potencial, tampouco atividades culturais e desportivas. Por outro lado, eles têm acesso fácil à internet. Sem trabalho e sem ninguém que os escute, eles são presas fáceis para o recrutamento, principalmente quando se oferece a eles o paraíso e grandes somas de dinheiro.

Nós ainda não nos demos conta do quão sério é esse fenômeno, principalmente no interior do país. Não podemos nos esquecer de que o terrorismo está intimamente relacionado com o contrabando – em outras palavras, no setor informal –, que é onde os jovens encontram trabalho. É preciso que o governo estabeleça um programa educacional amplo para criar um diálogo com os jovens, para ensiná-los sobre a cidadania e para explicar que o Estado



sozinho não é capaz de solucionar todos os seus problemas. Para criar empregos, o governo precisa garantir que haja segurança, estabilidade política e leis que incentivem o empreendedorismo e o investimento estrangeiro.

Muitas vezes, os empregadores são chamados de "homens de negócios". No entanto, desde 2011 eles têm tido uma mulher como seu representante maior. Isso é inédito! Como essa situação é vista?

Ela nunca incomodou ninguém. Sendo eu mesma diretora de uma empresa, estou familiarizada com a família dos empregadores. Além disso, ninguém acha que, apenas porque a UTICA tem uma mulher como presidente, ela corre o risco de perder sua autoridade ou de enfraquecer sua função. É verdade que eu era a única mulher no conselho executivo



© Zied Ben Romdhane

e que fui eleita de forma democrática e transparente, com uma maioria clara em relação aos outros candidatos. Eu acredito que a escolha foi feita com base em critérios objetivos, tais como o programa, o carisma, o senso de liderança e a capacidade de gestão. Sinceramente, eu nunca me senti desconfortável como uma mulher nessa posição.

As pressões políticas e sindicais interferem na sua vida privada?

Quando você se torna uma figura pública, você não tem mais a vida privada que costumava ter. É uma escolha que tenho de aceitar. Eu trabalho sem remuneração para o bem do meu país e da organização. Estou preparada para aguentar todos os tipos de pressões e críticas, desde que elas se restrinjam à minha esfera oficial e profissional.

O que é lamentável é a interferência na minha vida privada. Infelizmente, algumas pessoas misturam tudo. Contudo, eu mantenho as coisas separadas. Respondo seriamente a todas as críticas objetivas sobre as minhas atividades profissionais e políticas, de acordo com as minhas convicções. Porém, eu simplesmente ignoro comentários depreciativos sobre a minha vida privada.

Meu pai construiu uma família e um negócio de forma consciente e com muito esforço. Ele me ensinou a ter um senso de responsabilidade, que me permitiu administrar minha vida pessoal e profissional com a serenidade necessária.

Foto da série West of Life (Oeste da vida, em tradução livre, 2015), do fotógrafo tunisiano Zied Ben Romdhane.

Primeira mulher a ser presidente da UTICA, **Ouided Bouchamaoui** foi designada Melhor Mulher de Negócios do Mundo Árabe pela Parceria Deauville, lançada na Cúpula do G8 em 2013. Em 2014, ela recebeu o Prêmio Negócios para a Paz, da Fundação Negócios para a Paz de Oslo e, em 2015, foi condecorada com o Escudo de Ouro de Excelência pela Organização Árabe para a Responsabilidade Social.



Assuntos atuais



Elina, detalhe fotográfico de uma escultura em sal e água, com 3 metros de diâmetro. Projeto Elina 2013-2015, Bolívia.

© Guillaume Barth (www.guillaumebarth.com)



Um Palácio de Cristal abriga um naufrágio

Entrevista por Katerina Markelova e Xiaorong Chen

Enquanto a China comemora o 30º aniversário da descoberta do *Nanhai No. 1*, os visitantes do navio naufragado no século XIII podem ver arqueólogos escavando a embarcação no local, em um aquário especialmente construído para abrigar a estrutura. Uma maravilha de salvamento “no todo”, foram necessários 20 anos até que o navio pudesse ser retirado da água, seis anos antes para o início das escavações, e mais seis anos até o processo terminar, em 2018. Acrescenta-se ainda mais 20 ou 30 anos para que a conservação do corpo do navio seja concluída. Uma entrevista com Jiang Bo, que compartilha detalhes dessa empreitada arqueológica sem precedentes.

O Centro Nacional Chinês do Patrimônio Cultural Subaquático da China e a UNESCO organizam uma conferência internacional sobre a Descoberta e Estudo do Navio Naufragado *Nanhai 1*, na cidade de Yangjiang, província de Guangdong, em novembro de 2017.

© Museu da Rota Marítima da Seda de Guangdong



Louça do século XIII que fazia parte da carga do *Nanhai No. 1*.

O *Nanhai No. 1* é dos um dos mais antigos e maiores navios naufragados já encontrados na China. Quando e como ele foi descoberto?

O *Nanhai No. 1* foi descoberto em 1987 por uma equipe sino-britânica composta pela Agência de Salvamento Guangzhou e a PLC Exploração & Restauração Marítimas. Eles estavam procurando pelo navio *Rimsgurge*, da Companhia Holandesa das Índias Orientais, mas não conseguiram encontrá-lo. Em vez disso, eles acidentalmente acharam um navio mercante chinês que afundou do século XIII, enterrado 23 metros abaixo do nível da água.

A missão conjunta tentou recuperar alguns objetos do naufrágio. Isso foi feito?

Eles conseguiram retirar alguns objetos, mas destruíram completamente a traseira do navio no processo. Por sorte, o navio naufragado escapou de tentativas sérias de pilhagem, por causa de sua localização, que era visível do litoral.

***Nanhai* significa “Mar da China Meridional”, mas a que se refere o “No. 1”?**

Ele se refere a uma forma arqueológica de denominar os naufrágios – o nome do local da descoberta aparece primeiro e, depois, vem o número que reflete a ordem em que os navios foram encontrados.

Tem-se ideia de por que o *Nanhai No. 1* afundou logo no início de sua jornada?

O cenário mais provável é que o navio estivesse sobrecarregado. Ou então ele afundou em uma tempestade.

Quantas toneladas de carga ele estava transportando?

O *Nanhai No. 1* foi projetado para uma carga de quase 200 toneladas. Estima-se que ele estivesse carregando 100 mil conjuntos de antiguidades. O *Nanhai No. 1* tinha uma carga muito rica: além das 13 mil peças de porcelana de cinco fornos famosos da época já escavados até então, ele levava 151 conjuntos de peças de ouro, 124 de prata e 170 de cobre, além de 17 mil moedas de cobre. O que encontramos estava muito além das nossas expectativas.

Vinte anos após sua descoberta, o navio inteiro foi suspenso da água, tornando-se o primeiro navio naufragado resgatado “no todo”.

Em 21 de dezembro de 2007, após nove meses de preparação, o navio foi suspenso e transportado do fundo do mar para o Museu da Rota Marítima da Seda de Guangdong, que foi especialmente projetado para isso. A Administração Estatal do Patrimônio Cultural da China e o Departamento de Transporte trabalharam juntos para construir um *caisson* [uma grande caixa à prova d'água] de 5,5 mil toneladas, grande o suficiente para conter o navio de 35,7 x 14,4 x 7,2 metros. A caixa foi submergida na água e pressionada sobre o leito do mar para cobrir o navio. Então, a lama em volta da caixa foi removida e o piso foi inserido, para que a caixa pudesse ser erguida até a superfície. A operação completa custou US\$ 20 milhões.

A suspensão do *Nanhai No. 1* é considerada o primeiro salvamento em sua totalidade no mundo. No entanto, a rigor existem outros exemplos – dois navios de guerra, o navio sueco *Vasa*, e o britânico *Mary Rose* também foram resgatados de forma similar. Porém, a China foi o primeiro país a usar criativamente um *caisson*, cuja proteção do navio era altíssima.

Apesar de a operação de salvamento ter sido realizada totalmente pelos chineses, nós precisamos de ajuda no que tange às escavações arqueológicas. Antes do início dessas atividades, em 2013, nós conduzimos testes com a ajuda de especialistas japoneses para decidir sobre qual seria a melhor forma de proceder.

Quais são as principais descobertas desde que as escavações da carga começaram, em 2013?

O navio estava bem preservado porque estava enterrado, e nós tivemos uma oportunidade única de conduzir a escavação de forma detalhada. Nós estamos obtendo muito mais informações do que se estivéssemos trabalhando debaixo d'água. Temos evidências arqueológicas claras de como as pessoas embalavam as coisas, e que tipo de comida elas consumiam no



© Museu da Rota Marítima da Seda de Guangdong

“ O navio é mantido em um aquário gigante que simula as condições exatas de qualidade e temperatura da água em que ele foi descoberto ”

navio. Nós encontramos alguns objetos pessoais, como cerâmicas e objetos laqueados delicados, colares de ouro e cintos no estilo do Oriente Médio. Assim, sabemos que provavelmente também havia estrangeiros no navio – talvez indianos, talvez árabes. Nós também encontramos as ossadas de três indivíduos.

Sabe-se para onde ia esse navio mercante?

As cerâmicas chinesas já foram encontradas no Oceano Índico, na Índia, na Pérsia e no Oriente Médio – o navio provavelmente estava indo para um desses destinos. As rotas de comércio marítimo eram complicadas naquela época, com muitas paradas. Singapura, o Sudeste Asiático e a costa da África Oriental são destinos possíveis. O que é quase certo é que ele estava indo da China para o Oceano Índico.



O Museu da Rota Marítima da Seda de Guangdong é composto por cinco edifícios em formato oval e cilíndrico. Um deles, o Palácio de Cristal, é feito de vidro e abriga o Nanhai No. 1.

Existem poucos registros de tecnologias de construção de navios de 800 anos atrás, na China ou no resto do mundo. O que se sabe sobre isso agora?

Este navio foi construído aproximadamente em 1216, durante a dinastia Song do Sul. O que foi confirmado é que esse tipo de navio, chamado de *fuchuan*, era construído na província de Fujian (*fu* significa “de Fujian”, e *chuan* significa “navio”). A característica mais peculiar de um *fuchuan* é sua tecnologia de anteparo à prova d’água, que foi inscrita em 2010 na Lista do Patrimônio Cultural Imaterial que Requer Medidas Urgentes de Salvaguarda da UNESCO.

O sr. diria que a descoberta deste navio marca o início da arqueologia subaquática chinesa?

Sim, há 30 anos, o processo de pesquisa era orientado pelo entusiasmo pessoal de algumas poucas pessoas e por doações privadas. O escritório de pesquisa de arqueologia subaquática no Museu Nacional de História Chinesa foi criado em 1987, após essa descoberta, e sua missão inicial era apoiar o processo de exploração. O escritório podia contar com os dados de localização específica fornecidos em 1989 pelo Museu (agora chamado de Museu Nacional da China) e pelo Instituto Japonês de Pesquisa Arqueológica Subaquática, graças à doação de um comerciante de Hong Kong, Chen Laifa.

Três missões de pesquisa para o *Nanhai No. 1* foram conduzidas por Zhang Wei, um dos primeiros arqueólogos marinhos da China. As condições

no local eram difíceis, com pouca visibilidade e correntes marítimas fortes. Os arqueólogos perceberam, então, que a melhor opção seria retirar o navio da água – apesar de isso ser muito caro.

O Centro para a Proteção de Relíquias Culturais Nacionais Submersas foi criado pela Academia Chinesa do Patrimônio Cultural em 2009. Em 2014, o governo fundiu esse órgão com os departamentos de arqueologia subaquática do Museu Nacional da China, para formar o Centro Nacional Chinês do Patrimônio Cultural Subaquático. O objetivo consistia em averiguar a situação real das relíquias submersas chinesas e desempenhar um papel de liderança na sua proteção.

O que é único sobre as escavações do Nanhai No. 1?

Agora que o navio está dentro do museu, arqueólogos, especialistas em conservação e restauração, especialistas em mapeamento digital e sistemas de gravação trabalham todos juntos diariamente, o que não é comum. Nós também pensamos simultaneamente sobre como exibir o que encontramos. Quando um pacote é identificado, um arqueólogo imediatamente o abriria para ver o que tem dentro – já um museólogo não tocaria nele. É por isso que nós sempre conversamos uns com os outros.

O Museu da Rota Marítima da Seda de Guangdong é o único museu na Ásia com instalações para uma exibição subaquática desse porte. O sr. poderia falar mais sobre isso?

O Museu foi construído na ilha de Hailing, perto da cidade de Yangjiang, na província de Guangdong, e custou US\$ 20 milhões. Ele é constituído por cinco prédios ovais, um dos quais, o Palácio de Cristal, feito de vidro, contém o *Nanhai No. 1*. O navio é mantido em um aquário gigante que simula as condições exatas de qualidade e temperatura da água em que ele foi descoberto. Os visitantes do museu podem ver os arqueólogos realizando seu trabalho de escavação *in loco* no navio. Os visitantes também podem subir até o último andar para ficar sob uma simulação de céu estrelado, como se estivessem a bordo do navio à noite.

“A suspensão do Nanhai No. 1 é considerada o primeiro salvamento em sua totalidade no mundo”

Visitantes do Museu participam da escavação arqueológica do naufrágio do Nanhai No. 1.

Hoje, Hailing, que costumava ser uma ilha remota, é uma das 10 principais ilhas turísticas da China – o Museu é seu único edifício moderno e atraiu mais de 3 mil visitantes em 2016. Os moradores locais se beneficiaram enormemente desse turismo.

O que se espera do Nanhai No. 1 para o futuro?

Nós terminaremos as escavações da carga em 2018. O próximo passo será conservar o casco do navio, que ainda está na caixa que foi usada para içá-lo do fundo do mar. Nós mantemos a superfície da água nessa caixa no mesmo nível de quando ele foi escavado. Da mesma forma, um sistema de pulverização de água nos ajuda a manter a parte superior do navio molhada – ela quebraria se secasse. O navio e sua carga serão dessalgados e retirados da

água nos próximos 20 ou 30 anos. Há controvérsias sobre como preservar o navio. Alguns sugeriram desmembrá-lo em partes, porém ele não poderia ser montado novamente. Outros são a favor de conservá-lo inteiro, como o Vasa, na Suécia.

Diversas exposições estão sendo planejadas, na China e no exterior, para conscientizar o público sobre o valor histórico do navio naufragado.

Jiang Bo é diretor e pesquisador sênior do Instituto de Arqueologia Subaquática, do Centro Nacional Chinês do Patrimônio Cultural Subaquático. Com diversas publicações e prêmios tanto na China como no exterior, em maio de 2017 ele realizou na UNESCO a palestra *Nanhai I, navios naufragados e a arqueologia subaquática chinesa*.





Volta ao mundo no primeiro navio movido a energia limpa

por Virginie Jourdan

Em 26 de junho de 2017, o *Energy Observer*, o primeiro navio oceânico movido a hidrogênio e fontes renováveis de energia, zarpou da França para uma viagem de seis anos ao redor do mundo. Em parceria com a UNESCO, a embarcação cruza os oceanos, com paradas em 101 portos em 50 países, e chama atenção – entre o público e as autoridades locais – para o valor da energia limpa e do desenvolvimento sustentável.

Navegar sem emitir gases de efeito estufa ou partículas finas, usando apenas energia renovável – esse é o desafio encarado pelo navio francês *Energy Observer*, a primeira embarcação autossuficiente em energia. O navio deixou o porto de Saint-Malo (França) em 26 de junho de 2017 para uma viagem ao redor do mundo que irá durar até 2022, sem carregar uma gota sequer de combustíveis fósseis.

Esse experimento da vida real irá testar a eficácia da energia solar e eólica, bem como a produção de hidrogênio a partir da água do mar. Contudo, para além dessa conquista técnica, Victorien Erussard – oficial da marinha mercante francesa e um dos iniciadores do projeto – e sua tripulação querem encontrar pessoas que desenvolvem soluções tecnológicas inovadoras para “mostrar que existe um caminho para a energia limpa e sustentável”.

Para Erussard e sua equipe, chegou a hora de agir, e não simplesmente falar, se quisermos combater o aquecimento global e os desafios



© UNESCO

O *Energy Observer* sendo apresentado ao público antes de seu lançamento em Saint-Malo (França), em abril de 2017. Este projeto inovador está sendo realizado em parceria com a UNESCO.

demográficos e ambientais do século XXI. As formas como viajamos, nos alimentamos, construímos nossas casas, trabalhamos e nos informamos – essas são as questões que precisam de respostas hoje. “Soluções inovadoras estão sendo desenvolvidas em todo o mundo. Esta expedição é uma oportunidade para construir uma comunidade que transcende fronteiras, encontrando soluções e conectando-as umas às outras”, diz Jérôme Delafosse, mergulhador profissional e documentarista da natureza e da biodiversidade, que é o chefe da expedição.

O iate mais rápido do mundo

A aventura começou em 2013, quando o navegador francês Frédéric Dahirol recuperou um dos iates mais rápidos da história das corridas marítimas. Em 1984, ele quebrou a barreira simbólica de 500 milhas em 24 horas. Em 1994, ele permitiu que o famoso iatista neozelandês, Sir Peter Blake, batesse o recorde de volta ao mundo, após ter abandonado as corridas para se dedicar à exploração ambiental.

O sonho de Frédéric Dahirol era construir a primeira embarcação francesa movida a energia eólica. Isso foi simbólico.

Em 2015, ele se juntou a seu parceiro de vela Victorien Erussard. Então, uma reunião com a Comissão Francesa de Energia Atômica e Energias Alternativas (CEA) e o Laboratório de Inovação em Tecnologias de Energias Novas e Nanomateriais (CEA-Liten) deu uma nova direção ao projeto. O desafio era explorar uma tecnologia nova, o uso do hidrogênio como fonte energética.

Um laboratório flutuante

Foram necessários dois anos para que o iate ficasse pronto. Dois motores elétricos substituíram a vela principal e a bujarrona. Foram instalados painéis solares e duas turbinas eólicas em suas laterais. No centro, pode ser instalada uma pipa de tração de 20 metros de largura. Dois geradores de hidrogênio operam sob o casco. Equipado com turbinas, eles usam a força hidráulica gerada pelo movimento do iate para produzir eletricidade. Isso aciona o motor do iate, as necessidades elétricas a bordo e os equipamentos de navegação e telecomunicação. Um laboratório dedicado à lentidão, o iate viaja com velocidade de 8 a 10 nós, em vez dos 30 nós que costumava alcançar nas corridas.

Hidrogênio: energia do futuro

A segunda inovação está na produção de hidrogênio sem emissões de dióxido de carbono. O hidrogênio é considerado uma solução futura para o armazenamento de energias solar e eólica, livres de carbono. Esse gás não ocorre naturalmente em seu estado puro e, portanto, precisa ser produzido. Os pesquisadores do *Energy Observer* optaram por uma solução ecológica – a água do mar. “Hoje, 95% do hidrogênio usado no mundo é produzido com a utilização de combustíveis fósseis, como o gás natural, que é altamente poluente. Nós queremos demonstrar que é possível produzir hidrogênio sem emissões de carbono”, explica Nicolas Degorce, um engenheiro naval que ajudou a projetar o iate.

Cerca de 30 pesquisadores do CEA-Liten trabalharam durante dois anos para criar uma cadeia de hidrogênio capaz de resistir às condições extremas encontradas no mar. Eles foram ajudados por engenheiros, especialistas em transporte, arquitetos navais e novas tecnologias, bem como pela iniciativa privada. “Foram desenvolvidos cerca de 20 protótipos. Essa é uma oportunidade maravilhosa de tirá-los do laboratório e testá-los”, acrescenta Nicolas Degorce.

No porão e na ponte de comando, 700 sensores eletrônicos registram em tempo real o comportamento das diversas peças do quebra-cabeça da energia – eólica, solar, hidrelétrica e hidrogênio. Os pesquisadores, então, usaram esses dados para tentar otimizar o desempenho. Projetado como uma rede inteligente, um dia esse sistema de energias renováveis combinadas pode ser usado em casas, fábricas e navios de carga. Ele também pode ajudar a evitar a exclusão energética de 1,2 bilhão de pessoas em todo o mundo que ainda vivem sem acesso à eletricidade.

O Energy Observer, o primeiro laboratório flutuante do mundo a ser alimentado por hidrogênio e energia renovável, iniciou sua viagem ao redor do mundo em 26 de junho de 2017.



© Jérémy Bidon / Energy Observer



Um navio midiático para o planeta

No entanto, é preciso mais do que avanços tecnológicos para garantir um futuro melhor. Com o *Energy Observer*, os marinheiros esperam ajudar o público a entender melhor os riscos imediatos da mudança climática e a necessidade de preservar a biodiversidade. “Por 20 anos eu tenho testemunhado o impacto das atividades humanas no planeta”, diz Delafosse. “Esta expedição é uma oportunidade para mostrar o que de fato está acontecendo e para reunir iniciativas positivas de todo o mundo”. Sua ambição é transformar o *Energy Observer* em uma mídia autêntica para o planeta. “Nós queremos alimentar os sonhos das pessoas e conscientizá-las, para que elas descubram o mundo como nunca viram antes”.



© Energy Observer

A rota do Energy Observer de 2017 a 2023, após sua partida de Saint-Malo, França.

Durante a viagem, uma série de oito documentários será produzida para um canal de televisão francês. Também será produzido conteúdo 3D e de realidade virtual, o qual será compartilhado na internet e nos diversos portos de escala da viagem. O funcionamento interno do *Energy Observer* estará em exibição, bem como mergulhos com baleias cachalotes, para melhorar a nossa compreensão de como esses animais se comunicam entre si. Talvez um dia nós poderemos compartilhar todas essas informações com escolas ao redor do mundo.

Esta odisséia promete ser muito frutífera. No curso de seus 101 portos de escala em 50 países, a tripulação passará por ilhas que estão buscando se tornar autossuficientes em energia, como El Hierro, nas Canárias (Espanha); ou cidades-modelo como São Francisco, que tem planos de se tornar uma cidade de desperdício zero. Em parceria com a UNESCO, 20 incursões estão planejadas a sítios de Patrimônio Mundial e Reservas da Biosfera da UNESCO até 2022, tais como as planícies de maré do Mar Frísio, nos Países Baixos, e o arquipélago de Socotra, no Iêmen – lar de cerca de 700 espécies de plantas e animais que só existem nessa região. “Nós filmaremos os tubarões da Ilha Cocos, no litoral da Costa Rica, o Mar Branco ao norte da Rússia – todos tesouros pouco conhecidos que são, mesmo assim, afetados pelas atividades humanas. Esta expedição é uma oportunidade maravilhosa de conhecer melhor o nosso planeta”, entusiasma-se Jérôme Delafosse. “Nós queremos compartilhar esse conhecimento por meio das mídias digitais e dos encontros que estamos organizando em portos importantes ao redor do mundo”.

Virginie Jourdan é uma jornalista *freelancer* que vive em Rennes (França). Após cobrir questões relativas à agricultura orgânica durante muitos anos para uma revista especializada, ela agora escreve sobre a revolução digital e a mudança ecológica para revistas regionais e nacionais.



Aproveitar os cabos submarinos para salvar vidas

por Bruce Howe e Kate Panayotou

Imagine sensores ambientais colocados a cada 60 quilômetros ao longo do leito do oceano, coletando dados necessários para entendermos melhor as ameaças naturais, como tsunamis e a mudança climática. Com os Cabos SMART, uma rede mundial de dados em tempo real para a mitigação de desastres, em breve, pode se tornar realidade.

Com este artigo, *O Correio da UNESCO* marca o segundo Dia Mundial de Conscientização sobre os Tsunamis, em 5 de novembro.

Mais de 1 milhão de quilômetros de cabos submarinos da infraestrutura mundial de telecomunicações formam a base dos negócios, finanças, mídias sociais, entretenimento, expressão política e ciência. Internacionalmente, esses cabos são a parte física da internet. A confiança nessa infraestrutura é tão importante que economias nacionais inteiras são afetadas quando surgem problemas.

Esses mesmos cabos submarinos também poderiam oferecer uma plataforma para coletar dados das águas profundas e do fundo do oceano para uma série de questões ambientais. Nossos oceanos e o clima estão experimentando mudanças em âmbito global, incluindo aquecimento, acidificação e aumento do nível do mar, que nos afetam agora e nos afetarão no futuro.

Um sistema de telecomunicação padrão inclui um cabo eletro-ótico no fundo do oceano com repetidores óticos aproximadamente a cada 60 quilômetros. Ao adicionar sensores ambientais a esses repetidores, nós poderíamos ter acesso a uma rede mundial de dados em tempo real para ameaças ambientais e mitigação de desastres.

Um sistema de alerta para tsunamis pode salvar vidas e se mostrar inestimável, principalmente para países em desenvolvimento, nos quais não é viável a cobertura total de todas as zonas de subducção. Considerando que as ondas de tsunamis muitas vezes chegam menos de 30 minutos após os maremotos, cada minuto é importante.

Para viabilizar esse conceito, a Força-Tarefa Conjunta de três agências das Nações Unidas – a União Internacional de Telecomunicações, a Organização Meteorológica Mundial e a Comissão Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO (ITU/WMO/IOC-UNESCO JTF), estabelecida em 2012, está trabalhando para incorporar sensores de monitoramento ambiental aos sistemas de cabos submarinos transoceânicos.

Iniciativa internacional

Chamada de Cabos SMART (*Scientific Monitoring and Reliable Telecommunications – Monitoramento Científico e Telecomunicações Confiáveis*), essa força-tarefa visa a aproveitar a vasta rede de cabos submarinos já existente, transformando-a em “cabos ecológicos” ambientalmente conscientes.

Um esforço internacional em seu sentido puro, a Força-Tarefa Conjunta é composta por especialistas – muitos deles voluntários – de dezenas de países e por 80 organizações que representam a ciência, gestores de sistemas de observação, indústria, agências governamentais e patrocinadores. Ela convida o setor privado, governos,



© Bertrand Cleca / Xtera



Consenso crescente

cientistas, fundações filantrópicas e o público que utiliza a internet a reconhecer essa necessidade e essa oportunidade extraordinárias, e tomar as medidas necessárias para tornar esse sistema realidade.

A instalação dos Cabos SMART requer acesso ao leito marítimo e às águas profundas, que hoje são literalmente “propriedade” do sistema privado de telecomunicações. Os cabos atravessam o fundo do oceano global, cruzando diversas fronteiras nacionais – e levantando um desconcertante conjunto de complicações legais, técnicas e financeiras.

Assim, é preciso estabelecer parcerias e colaborações novas e únicas para viabilizar essa abordagem dos Cabos SMART. O envolvimento do setor privado, incluindo empresas de internet, que recentemente têm investido em cabos submarinos, poderia tratar diretamente das questões legais e financeiras, assim como do processo de licenciamento.

Por meio de uma série de reuniões e oficinas com cientistas das universidades e do governo e com a indústria das telecomunicações, está sendo alcançado um crescente consenso para transpor os obstáculos enfrentados pelos Cabos SMART. As necessidades científicas e sociais estão sendo documentadas, e o marco legal sob a égide da Convenção da ONU sobre o Direito do Mar e a viabilidade técnica do projeto foram produzidos.

Hoje, apenas uma pequena parcela desses cabos de telecomunicações é usada para fins científicos. Já existem sistemas ambientais de observação oceânica, operados e controlados pelas universidades e por agências governamentais, mas eles são utilizados apenas para distâncias curtas e para fins de pesquisa.

Os membros da tripulação embarcam o carregamento de um repetidor ótico (na caixa de madeira) no convés do Pierre de Fermat, um navio a cabo pertencente à companhia francesa Marine Orange.

O conceito de um sistema “demonstrador submerso” adequado para a implantação e a operação de médio prazo foi desenvolvido para abordar a eficácia e a praticidade da abordagem SMART. Um sistema-piloto foi proposto no Pacífico Sul, conectando diversas ilhas.

Avanços tecnológicos possibilitaram a integração de sensores básicos aos repetidores em cabos submarinos de telecomunicação por uma pequena fração do custo total da implantação de um novo sistema de cabos. O custo unitário do pacote de um único sensor é estimado em cerca de US\$ 200 mil e, portanto, um sistema modesto como o piloto proposto deve custar menos de US\$ 10 milhões, com uma expectativa de vida de 25 anos.

Hoje, não existe um sistema subaquático de telecomunicações usado para observação do oceano. Os dados de águas profundas dos Cabos SMART poderiam preencher uma lacuna fundamental do nosso conhecimento. Chegou a hora de iniciar o futuro com os sistemas SMART.

Bruce Howe (EUA) desenvolve infraestruturas de redes de sensores de observação oceânica, inclusive sistemas de cabos. Atualmente, é o chefe da Força-Tarefa SMART, além de ser professor da Universidade do Havaí, no Departamento de Engenharia Oceânica e de Recursos.

Kate Panayotou (Austrália) é uma importante cientista ambiental, com 17 anos de experiência nos setores costeiro, marinho, estuarino, ambiental e no engajamento de partes interessadas. Ela trabalhou na indústria de cabos submarinos por mais de uma década.





Prêmios Internacionais de Alfabetização da UNESCO 2017

Notícias



© UNESCO / AdultCoProgram

Formando do Programa AdultCo, Colômbia.

Por ocasião do Dia Internacional da Alfabetização (8 de setembro), Irina Bokova, diretora-geral da Organização, conferiu cinco Prêmios Internacionais de Alfabetização da UNESCO em uma cerimônia, seguindo as recomendações de um júri internacional.

Os prêmios e a celebração deste ano enfocaram a alfabetização em um mundo digital. Partes interessadas e decisores de todo o mundo se reuniram para avaliar como a tecnologia digital pode ajudar a preencher a lacuna da alfabetização, assim como ajudar as pessoas a terem um melhor entendimento sobre as habilidades necessárias nas sociedades atuais.

Um dos dois Prêmios UNESCO Rei Sejong de Alfabetização – dedicado à educação e à formação em alfabetização em língua materna e patrocinado pela República da Coreia – foi para o Centro para o Estudo de Aprendizagem e Performance (*Centre for the Study of Learning & Performance* – CSLP) da Concordia University (Canadá). O prêmio foi dado ao projeto Usar a Tecnologia Educacional para Desenvolver Competências Educacionais Essenciais na África Subsaariana, que desenvolve e distribui gratuitamente seus materiais em âmbito internacional.

O foco geral do projeto consiste em desenvolver ferramentas e estratégias para beneficiar da educação pré-escolar até a secundária, a educação pós-secundária, serviços sociais e de saúde, e os setores ONG/comunidade. Ele visa a ajudar pessoas que enfrentam barreiras para alcançar seu potencial nos campos pessoal, acadêmico e profissional.

O segundo Prêmio Rei Sejong foi para o Programa Nós Amamos Ler (Jordânia), com uma comunidade virtual que oferece treinamento *online* de leitura em voz alta para pais, mobiliza voluntários para ler em voz alta para crianças em espaços comunitários e oferece materiais adequados às diferentes faixas etárias por meio de uma biblioteca digital. Após trabalhar em bibliotecas públicas nos Estados Unidos, sua fundadora, Rana Dajani, percebeu a urgência de se construir bibliotecas na Jordânia – com o objetivo de ter “uma biblioteca em cada bairro”. O programa também lançou um projeto no campo de refugiados sírios de Za’atari, no norte da Jordânia, que forma voluntários para se tornarem contadores de histórias para crianças.

As três premiações do Prêmio UNESCO-Confúcio de Alfabetização, apoiado pelo governo da China, reconheceram o trabalho que beneficia populações rurais e jovens fora da escola, principalmente meninas e mulheres. Os vencedores

deste ano foram: o Programa AdultCo, da Secretaria de Tecnologias da Informação e Comunicação da cidade de Armênia (Colômbia), por ensinar competências digitais para idosos; a Fundação dos Cidadãos (Paquistão), por seu Programa Aagahi de Alfabetização de Adultos, que conduz avaliações de necessidades educacionais digitais e oferece serviços de ensino para mulheres e meninas fora da escola; e o Fundo FunDza de Alfabetização (África do Sul), um grupo sem fins lucrativos dedicado a melhorar as taxas de alfabetização entre adolescentes e jovens adultos.

O AdultCo ajudou milhares de idosos em Armênia, Colômbia, a desenvolverem habilidades que os conectam com o mundo moderno. “Superar o analfabetismo em novas tecnologias abre uma série de oportunidades para muitos de nós, como manter contato com nossos parentes no exterior”, declarou Rosa Barragán, uma de seus estudantes mais experientes.

O Programa Aagahi oferece educação para os menos privilegiados, incluindo mulheres e meninas. A palavra *aagahi*, em urdu, uma das línguas oficiais do Paquistão, significa “tomar consciência”.

O Fundo FunDza vê a educação como a base para uma sociedade saudável, e a alfabetização como central para esse processo. Ele desenvolve a alfabetização pela ampliação da comunidade de leitores e escritores entre o seu público-alvo. Ele apresenta os seguintes programas de divulgação: popularizar a leitura oferecendo livros impressos para jovens; aumentar a comunidade de leitores usando telefones celulares, entre outros; desenvolver jovens escritores por meio de sua seção Fanz; e oferecer um currículo *online* que aprofunde a prática de leitura.

Durante meio século, os Prêmios Internacionais de Alfabetização da UNESCO reconheceram indivíduos e organizações civis que alcançaram objetivos de excelência e inovação no campo da alfabetização. Mais de 475 projetos e programas foram reconhecidos desde 1967.

Semana Global AMI 2017: Reimaginar formas de aprender

Jovens líderes e indivíduos de todo o mundo se reúnem para a sexta Semana Global anual da Alfabetização Midiática e Informacional (AMI; *Media and Information Literacy – MIL*, em inglês) 2017, de 25 de outubro a 1º de novembro, na *University of West Indies*, na Jamaica.

Intitulada *Alfabetização midiática e informacional em tempos críticos: reimaginar formas de aprender e ambientes de informação*, a celebração se inicia em 24 de outubro, com os jovens se envolvendo em oficinas e painéis temáticos como parte da Agenda Global MIL para Jovens.

Vivendo na chamada era da pós-verdade, como as pessoas, principalmente os jovens, podem responder a questões desafiadoras como desinformação, notícias falsas, sensacionalismo e fatos alternativos? A UNESCO defende que os jovens criem redes criativas de aprendizagem para preencher as lacunas significativas entre o aprendizado em ambientes formais de educação e o aprendizado em outros ambientes – incluindo mídias sociais, filmes, cultura pop, mídia, centros comunitários e espaços de culto.

“A nova era da informação é ilimitada; a forma de aquisição do conhecimento é muito diferente daquela das gerações passadas”, afirmou Adama Lee-Bah, líder do comitê jovem da Aliança Mundial para as Parcerias em AMI (GAPMIL). “Os jovens tendem a rejeitar a educação que lhes é dada de forma ‘mastigada’ e preferem buscar o conhecimento por meio da exploração e da descoberta”.

A Semana Global AMI também conta com eventos da Sétima Conferência Alfabetização Midiática e Informacional e Diálogo Intercultural (*Media and Information Literacy and Intercultural Dialogue – MILID*), que acontece na Jamaica, de 24 a 27 de outubro.

Os eventos destacam a iniciativa de mídias sociais da UNESCO MIL CLICKS (Pensamento crítico, Criatividade, Alfabetização, Diálogo intercultural, Cidadania, Conhecimento e Sustentabilidade), que visa a melhorar as competências críticas das pessoas, tanto online como *offline*. Os jovens são atores-chave e parte da solução no desenvolvimento de sociedades cujos cidadãos sejam capacitados em alfabetização midiática e informacional.

A UNESCO lidera a Semana Global AMI 2017, em cooperação com a Rede Universitária de MILID, a GAPMIL, a Aliança de Civilizações das Nações Unidas (UNAOC), e a *University of the West Indies*, realizadora da conferência em questão.

6ª Semana Global de Alfabetização
Midiática e Informacional, realizada de 25
de outubro a 1º de novembro de 2017.



Repensar o engajamento da juventude na UNESCO

É novamente aquela época do ano, quando as salas e os corredores da UNESCO estão fervilhando de atividades. Quando os jovens se reúnem para discutir e debater as questões mais desafiadoras do momento, e propor recomendações sobre como a UNESCO pode responder melhor às suas necessidades. O 10º Fórum da Juventude da UNESCO (10th UNESCO Youth Forum) acontece nos dias 25 e 26 de outubro em sua sede, em Paris, com uma edição-piloto especial sobre Repensar o engajamento da juventude com a UNESCO”.

A iniciativa bienal, que começou em 1999, reúne funcionários da UNESCO com um grupo seletivo dos jovens mais engajados com a mudança, provenientes de todas as partes do mundo. Juntos, eles analisam formas concretas de colaboração para garantir que as ações da UNESCO continuem sendo tão pertinentes e impactantes quanto possível. Com o Fórum da Juventude, a UNESCO reitera o seu compromisso de seguir à frente do engajamento jovem.

Atualmente, existem no mundo cerca de 1,8 bilhão de jovens entre 10 e 24 anos de idade. Essa é a maior população jovem que o mundo jamais teve. Embora essa quantidade apresente um enorme potencial para a mudança, problemas como instabilidade política, mudança climática, mercados de trabalho desafiadores e oportunidades limitadas de participação política e cívica aumentaram a pressão sobre mulheres e homens jovens em todas as partes.

Como resposta a esses desafios, está surgindo uma nova geração de jovens agentes da mudança. Eles estão trabalhando em soluções inovadoras para resolver alguns dos maiores problemas que afetam os jovens de hoje – e o planeta, de forma geral. Jovens defensores da paz estão surgindo nas regiões do mundo assoladas por conflitos, determinados a equipar os jovens de seus países com habilidades de resolução de conflitos. A crise da mudança climática está levando ao surgimento de sinceros jovens ativistas ambientais, que desafiam seus governos a eliminar uso do plástico e a desenvolver soluções sustentáveis.

Em todo o mundo, estamos vendo o surgimento de jovens empreendedores sociais, formuladores de políticas, pesquisadores, professores e líderes da sociedade civil, cujo espírito inovador e cuja contribuição vital têm um potencial de impacto enorme nas ações da UNESCO para a juventude.

Delegados no 9º Fórum da Juventude.



© UNESCO / Nora Houguenade

Errata

Uma falha lamentável ocorreu na página 70 do número de julho-setembro de 2017 de *O Correio da UNESCO*, onde o nome da República Popular da China foi inadvertidamente truncado. Pedimos desculpas por esse erro, que foi corrigido em todas as línguas e formatos dos quais *O Correio* foi publicado.

O Correio

DA UNESCO

*Leia, compartilhe,
assine e promova o Correio*

O Correio da UNESCO é publicado e compartilhado de acordo com a política de publicação em acesso aberto da UNESCO (<http://en.unesco.org/open-access>).

■ Versão digital

Assine – é 100% GRATUITO

Nosso endereço de e-mail para receber O Correio regularmente em sua caixa é: <http://en.unesco.org/courier/subscribe>

Compartilhe, reproduza, traduza e reutilize

O Correio é publicado sob a licença IGO 3.0 (CC BY-SA). Portanto, você está livre para compartilhar, reproduzir, traduzir e reutilizar seu conteúdo, desde que você respeite as condições desta licença, que inclui mencionar sua fonte. Para uso otimizado, compartilhe os links dos artigos ou seus PDFs. Fotos e ilustrações sem créditos da UNESCO requerem permissão especial.

■ Versão impressa

(Revista bimestral: €27/ano (4 números) ou €54/dois anos (8 números). Este preço cobre os custos de impressão e distribuição. Não há propósito lucrativo.

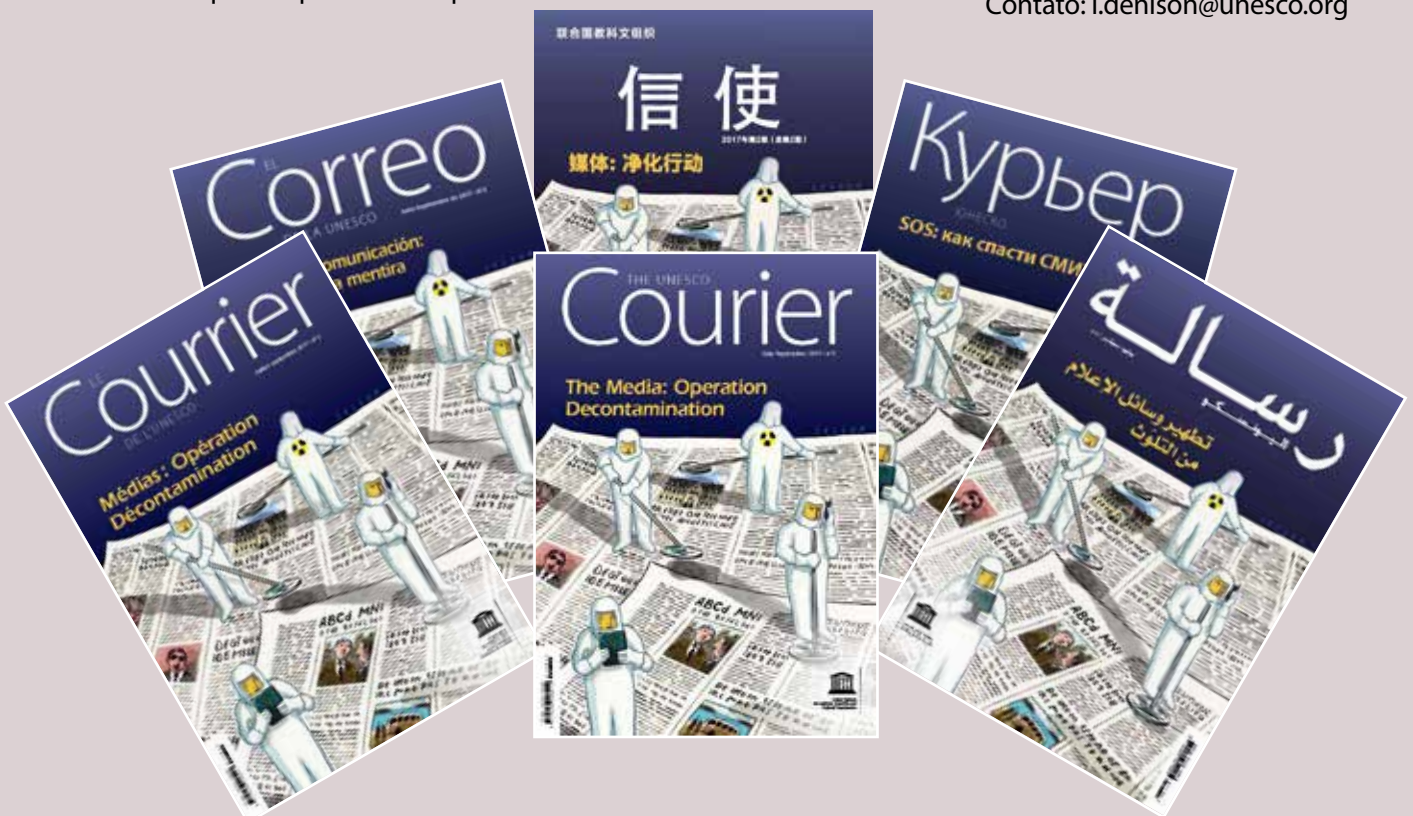
Oferta especial: novos assinantes recebem os dois primeiros números de 2017 gratuitamente.

Pacote promocional especial: 10% de desconto para pedidos de cinco ou mais assinaturas

Visite: <http://en.unesco.org/eshop/courier>

■ Adicione edições em outras línguas

Atualmente, O Correio é publicado em oito línguas: árabe, chinês, inglês, francês, russo, espanhol, português e esperanto. Os parceiros são bem-vindos para propor edições em novas línguas. Contato: i.denison@unesco.org





Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Edições UNESCO

www.unesco.org/brasil
grupoeditorial@unesco.org.br



Relatório de Monitoramento Global da Educação – Resumo 2017/8

Responsabilização na educação: cumprir nossos compromissos

Título original: *Accountability and education: meeting our commitments; Global education monitoring report summary, 2017/8*

Autor: UNESCO

Brasília, UNESCO, 2017. 61 p.

Este segundo relatório da série Relatório de Monitoramento Global da Educação continuará a avaliação dos progressos para se alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de Educação (ODS 4) e suas dez metas, bem como os outros objetivos educacionais relacionados na agenda dos ODS.

O Relatório também investigará a responsabilização na educação, ao analisar como todas as partes interessadas relevantes podem oferecer educação de forma mais eficaz, eficiente e equitativa.



Arquivística audiovisual: filosofia e princípios

Título original: *Audiovisual archiving: philosophy and principles*

Autor: Ray Edmondson
Brasília, UNESCO, 2017. 102 p.

ISBN 978-85-7652-223-2

A arquivística audiovisual é uma área amplamente reconhecida entre as instituições de memória, indústrias e universidades, e apresenta uma gama de políticas de governança para o desenvolvimento de coleções, sua preservação e acesso a elas. Entretanto, o volume crescente de documentos audiovisuais e a rápida obsolescência das tecnologias utilizadas para criá-los são fatores que impõem desafios imensos para os arquivos e os arquivistas de coleções audiovisuais. Esta publicação trata desses desafios e examina as questões levantadas pela migração de imagens e sons do analógico para o digital, além de conceitos mais amplos de preservação e acesso.



Desigualdades de aprendizado entre alunos das escolas públicas brasileiras: Evidências da Prova Brasil (2007 a 2013)

Evidências da Prova Brasil (2007 a 2013)

Versão em inglês: *Inequalities in learning among Brazilian public school students: Prova Brasil evidence (2007 to 2013). (Series ED debates: education, 5)*

Autor: UNESCO

Brasília, UNESCO, 2017. 118 p.

ISSN 2236-2843

Este trabalho apresenta os resultados de pesquisa cujo principal objetivo foi analisar o fenômeno da exclusão intraescolar em escolas públicas brasileiras. Exclusão intraescolar é um conceito empírico que propomos para caracterizar a situação do aluno que, mesmo matriculado em uma escola, não aprendeu as competências de leitura e matemática de maneira compatível com a etapa de ensino cursada. Ao contrário de ser uma questão meramente individual, o não aprendizado desse aluno pode refletir um problema social, sobretudo quando está associado, com mais frequência, a determinados grupos de alunos com determinadas características sociodemográficas, como região onde moram, origem social, sexo e cor da pele, por exemplo.



Assine O Correio da UNESCO